REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PARA
MUNICÍPIO: MARABA

Relatório Anual de Gestão
2025

LICIA CONCEICAO SOUZA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação
   - 1.1. Informações Territoriais
   - 1.2. Secretaria de Saúde
   - 1.3. Informações da Gestão
   - 1.4. Fundo de Saúde
   - 1.5. Plano de Saúde
   - 1.6. Informações sobre Regionalização
   - 1.7. Conselho de Saúde
   - 1.8. Casa Legislativa
2. Introdução
3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade
   - 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
   - 3.2. Nascidos Vivos
   - 3.3. Principais causas de internação por local de residência
   - 3.4. Mortalidade por grupos de causas
4. Dados da Produção de Serviços no SUS
   - 4.1. Produção de Atenção Básica
   - 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
   - 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
   - 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
   - 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
   - 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos
5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
   - 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
   - 5.2. Por natureza jurídica
   - 5.3. Consórcios em saúde
6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS
7. Programação Anual de Saúde - PAS
   - 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores
8. Indicadores de Pactuação Interfederativa
9. Execução Orçamentária e Financeira
   - 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
   - 9.2. Indicadores financeiros
   - 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
   - 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
   - 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar
10. Auditorias
11. Análises e Considerações Gerais
12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PA
Município	MARABÁ
Região de Saúde	Carajás
Área	15.092,27 Km²
População	290.975 Hab
Densidade Populacional	20 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 20/03/2026

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA
Número CNES	6425119
CNPJ	05853163000300
CNPJ da Mantenedora	05853163000130
Endereço	ROD TRANSAMAZONICA 00 ANEXO AGROPOLIS DO I
Email	gabinete.sms@maraba.pa.gov.br
Telefone	(094)3324-4199

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/03/2026

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	ANTONIO CARLOS CUNHA SA
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	LICIA CONCEICAO SOUZA
E-mail secretário(a)	liciacs@hotmail.com
Telefone secretário(a)	71999886025

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 20/03/2026
Período de referência: 01/09/2025 - 31/12/2025

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	05/2000
CNPJ	18.478.187/0001-07
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	LÍCIA CONCEIÇÃO SOUZA

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 20/03/2026

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 02/12/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Carajás

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ABEL FIGUEIREDO	614.252	6275	10,22
BOM JESUS DO TOCANTINS	2816.425	19129	6,79
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1187.816	6966	5,86
CANAÃ DOS CARAJÁS	3146.608	89524	28,45
CURIONÓPOLIS	2368.698	20975	8,86
DOM ELISEU	5267.514	62823	11,93
ELDORADO DOS CARAJÁS	2956.708	29287	9,91
ITUPIRANGA	7879.995	52201	6,62
MARABÁ	15092.268	290975	19,28
NOVA IPIXUNA	1600.317	14400	9,00
PALESTINA DO PARÁ	983.885	7063	7,18
PARAUAPEBAS	7007.737	305771	43,63
PIÇARRA	3312.485	13366	4,04
RONDON DO PARÁ	8246.634	57031	6,92
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	1392.326	21555	15,48
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	3269.541	24929	7,62
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	1280.01	14293	11,17

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2025

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	folha 30 quadra 01 lote 26-27	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	ANA LUCIA FARIAS GOMES	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	9
	Governo	6
	Trabalhadores	5
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	**Data de Apresentação na Casa Legislativa**	**Data de Apresentação na Casa Legislativa**
19/06/2025	21/10/2025	

- Considerações

O município de Marabá (PA) apresenta uma área territorial extensa (15.092,27 km²) e uma população de aproximadamente 290.975 habitantes**,** resultando em uma baixa densidade demográfica (20 hab/km²)**.**

A inserção de Marabá na Região de Saúde de Carajás reforça a necessidade de articulação regional para garantir a integralidade do cuidado, especialmente nos fluxos de referência e contrarreferência, destacando-se também como município polo na região. Apesar disso, ainda depende de outros centros para atendimentos de média e alta complexidade, tendo como principais referências Belém e Tucuruí (notadamente em oncologia), além de utilizar o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) em localidades como São Luís (MA) e Barretos (SP), entre outras.

Errata:

No item 1.4- Fundo de Saúde, onde se lê: Instrumento de Criação: Lei, leia-se: Lei nº 15.969. Onde consta: Data da criação: 05/2000, leia-se: 14/07/1999.

No item 1.7- Conselho de Saúde, onde se lê: Instrumento Legal de Criação: Lei, leia-se: Lei nº 13.104 de 07/1993. Onde se lê: Telefone: (94) 9217-9966, leia-se: Telefone: (94) 99196- 9966. Número de conselheiros por segmento: onde se lê: Usuários 22- Governo 10- Trabalhadores 10- Prestadores 0, leia- se: Usuários 20- Governo 10- Trabalhadores 10- Prestadores 0, devendo ser considerado titular e suplente.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

A Secretaria Municipal de Saúde de Marabá apresenta, por meio deste documento, a prestação de contas das ações e serviços de saúde desenvolvidos, em conformidade com a Lei 8.080/90, Lei Orgânica do SUS, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29. A elaboração deste Relatório Anual de Gestão (RAG) seguiu o modelo padronizado estabelecido pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 459, de 10 de outubro de 2012, bem como a Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013.

O presente relatório demonstra a execução das Diretrizes, Objetivos, Metas e Ações previstas no Plano Municipal de Saúde, com ênfase na análise dos instrumentos de gestão no ano de 2025. Apresenta a consolidação das ações e serviços de saúde, bem como das informações físicas ou financeiras provenientes de bases oficiais, como o TabNet/DATASUS, sistemas oficiais de informações da Secretaria Municipal de Saúde e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), além dos registros das ações e intervenções realizadas pelas Diretorias da Secretaria Municipal de Saúde.

O Relatório Anual de Gestão (RAG) configura-se como importante instrumento de monitoramento e transparência, ao apresentar a execução das ações e serviços de saúde consolidadas no ano, sua elaboração baseia-se na análise da Programação Anual de Saúde (PAS) e dos Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores (RDQA), incorporando a previsibilidade de ajustes necessários para maior aderência à capacidade operacional do município.

Para o exercício de 2025, o Município observou e incorporou ao Relatório Anual de Gestão (RAG) as recomendações estabelecidas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, referente a prestação de contas das emendas Parlamentares recebidas.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2025

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	11.080	10.494	21.574
5 a 9 anos	12.024	11.316	23.340
10 a 14 anos	12.115	11.559	23.674
15 a 19 anos	13.156	12.664	25.820
20 a 29 anos	26.185	25.911	52.096
30 a 39 anos	23.442	24.730	48.172
40 a 49 anos	20.703	21.000	41.703
50 a 59 anos	13.091	13.474	26.565
60 a 69 anos	8.342	8.624	16.966
70 a 79 anos	4.069	3.864	7.933
80 anos e mais	1.504	1.628	3.132
Total	**145.711**	**145.264**	**290.975**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 27/03/2026.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2021	2022	2023	2024
MARABA	4.670	4.203	4.356	4.020

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 27/03/2026.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.405	599	348	338	320
II. Neoplasias (tumores)	447	467	404	634	789
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	49	55	48	68	72
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	116	165	173	180	233
V. Transtornos mentais e comportamentais	81	107	95	126	131
VI. Doenças do sistema nervoso	129	125	143	199	178
VII. Doenças do olho e anexos	22	70	70	65	32
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	7	11	19	24	21
IX. Doenças do aparelho circulatório	469	513	651	673	622
X. Doenças do aparelho respiratório	471	820	1.097	959	784
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.175	1.557	1.562	1.601	1.032
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	199	188	207	228	279
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	84	164	175	156	158
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	662	608	688	691	553
XV. Gravidez parto e puerpério	4.286	5.614	4.385	4.325	4.918

XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	339	523	727	720	562
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	71	110	146	148	169
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	129	181	158	183	216
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1.161	1.346	1.570	1.711	1.583
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	541	465	544	416	101
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**11.843**	**13.688**	**13.210**	**13.445**	**12.753**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 27/03/2026.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	292	112	58	51
II. Neoplasias (tumores)	135	150	156	159
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	12	8	12	9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	79	85	78	91
V. Transtornos mentais e comportamentais	15	7	16	10
VI. Doenças do sistema nervoso	22	29	25	38
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	269	265	290	278
X. Doenças do aparelho respiratório	132	182	150	132
XI. Doenças do aparelho digestivo	64	91	79	85
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6	17	10	11
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	2	3	1	5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	22	22	33	31
XV. Gravidez parto e puerpério	9	2	-	4
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	32	35	30	43
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	8	12	21	15
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	247	321	201	202
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	258	299	312	274
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	**1.604**	**1.640**	**1.472**	**1.439**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 27/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Dados atualizados do Item 3.2 - Nascidos Vivos - Número de nascidos vivos por residência da Mãe.

Localidade	2021	2022	2023	2024	2025*
Marabá	4.670	4.203	4.356	4.020	2.742

fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) - dezembro de 2025, *sujeito a alterações. Acessado em 20/03/2026.

Dados atualizados do Item 3.4 - Mortalidade por causa Grupo

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025*
Óbitos totais	1.604	1.640	1.472	1.439	979
(A00-B99) Algumas doenças infecciosas e parasitárias	292	112	58	51	39
(C00-D48) Neoplasias [tumores]	135	150	156	159	143
(D50-D89) Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	12	8	12	9	9
(E00-E90) Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	79	85	78	91	69
(F00-F99) Transtornos mentais e comportamentais	15	7	16	10	11
(G00-G99) Doenças do sistema nervoso	22	29	25	38	19
(H00-H59) Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0
(H60-H95) Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0	1	0
(I00-I99) Doenças do aparelho circulatório	269	265	290	278	175
(J00-J99) Doenças do aparelho respiratório	132	182	150	132	69
(K00-K93) Doenças do aparelho digestivo	64	91	79	85	52
(L00-L99) Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6	17	10	11	6
(M00-M99) Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2	3	1	5	7
(N00-N99) Doenças do aparelho geniturinário	22	22	33	31	18
(O00-O99) Gravidez, parto e puerpério	9	2	0	4	1
(P00-P96) Algumas afecções originadas no período perinatal	32	35	30	43	27
(Q00-Q99) Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	8	12	21	15	9
(R00-R99) Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	247	321	201	202	157
(S00-T98) Lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências de causas externas	0	0	0	0	0
(V01-Y98) Causas externas de morbidade e de mortalidade	258	299	312	274	168
(Z00-Z99) Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	0	0	0	0
(U00-U99) Códigos para propósitos especiais	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Dezembro de 2025, Dezembro de 2025, *sujeito a alterações. Acessado em 20/03/2026.

A morbidade hospitalar de residentes em 2025, segundo capítulo da CID-10, totalizou 12.753 internações, conforme dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Entre os principais grupos de diagnóstico, destacam-se Gravidez, parto e puerpério, com 4.918 casos (38,6% do total), representando a maior frequência, seguida pelas Doenças do aparelho digestivo, com 1.032 internações (8,1%), e pelas Lesões, envenenamentos e algumas consequências de causas externas, com 1.583 casos (12,4%). Esses dados indicam elevada demanda hospitalar relacionada à atenção materno-infantil, cuidados cirúrgicos e traumas.

Outros grupos de destaque incluem Neoplasias (789 casos ¿ 6,2%)**,** Doenças do aparelho respiratório (784 casos ¿ 6,1%) **e** Doenças do aparelho circulatório (622 casos ¿ 4,9%), evidenciando relevância das doenças crônicas e agudas de média complexidade na população residente.

Em contrapartida, os capítulos com menor frequência foram Doenças do ouvido e da apófise mastoide (21 casos ¿ 0,16%)**,** Doenças do olho e anexos (32 casos ¿ 0,25%) **e** Doenças do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunológicos (72 casos ¿ 0,56%), mostrando baixa incidência de internações hospitalares nessas categorias.

Observa-se também redução no total de internações em relação a anos anteriores, considerando que em 2021 houve 11.843 casos e em 2024 foram 13.445. Essa tendência pode refletir mudanças nos padrões de morbidade, no acesso à atenção básica ou em estratégias de gestão hospitalar.

De forma geral, os dados indicam que a morbidade hospitalar no município em 2025 está concentrada em atenção materno-infantil, doenças digestivas, traumas e condições crônicas, enquanto outras patologias apresentam baixa frequência, sugerindo necessidade de planejamento focado na priorização de serviços hospitalares de maior demanda.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	894.213
Atendimento Individual	242.353
Procedimento	564.380
Atendimento Odontológico	26.400

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	8.609	965.438,41	-	-
03 Procedimentos clinicos	4.065	52,60	6.040	3.631.042,31
04 Procedimentos cirurgicos	5.978	129.198,13	5.880	3.795.525,98
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	116	594,00	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	**18.768**	**1.095.283,14**	**11.920**	**7.426.568,29**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 27/03/2026.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	**Qtd. aprovada**	**Valor aprovado**
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	17.485	-
Sistema de Informacões Hospitalares		
Forma de Organização	**AIH Pagas**	**Valor total**
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	163	171,00

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 27/03/2026.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	5.360	6.190,18	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	557.075	5.795.867,49	-	-
03 Procedimentos clinicos	679.815	10.755.358,11	6.046	3.651.476,35

04 Procedimentos cirurgicos	9.901	1.147.285,22	5.985	4.075.044,60
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	1.400	416.565,06	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	263.665	3.131.632,35	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	**1.517.216**	**21.252.898,41**	**12.031**	**7.726.520,95**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 27/03/2026.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	3.565	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	5.107	-
Total	**8.672**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 27/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A produção de serviços do SUS em 2025 apresenta forte concentração em procedimentos clínicos e diagnósticos, tanto na atenção ambulatorial quanto hospitalar, conforme dados do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Na urgência, foram realizados 18.768 procedimentos ambulatoriais, com destaque para procedimentos cirúrgicos (5.978 ¿ 31,8%) e clínicos (4.065 ¿ 21,6%), enquanto os procedimentos diagnósticos representaram 8.609 atendimentos (45,8%). As ações complementares e os cuidados integrados tiveram menor expressão, com 116 procedimentos (0,6%) e ausência de registros, respectivamente. Nas internações hospitalares de urgência, os procedimentos clínicos e cirúrgicos apresentaram volumes semelhantes, com 6.040 (50,7%) e 5.880 (49,3%) AIHs, evidenciando equilíbrio entre atenção clínica e cirúrgica. Outras modalidades, como transplantes, medicamentos e órteses/próteses, não registraram atendimento.

Na atenção psicossocial, a produção ambulatorial atingiu 17.485 atendimentos, demonstrando expressivo volume de acompanhamento e suporte psicossocial, enquanto as internações hospitalares para tratamento de transtornos mentais totalizaram apenas 163 AIHs, correspondendo a menos de 1% do total de atendimentos hospitalares.

A atenção ambulatorial especializada e hospitalar apresentou 1.517.216 procedimentos, com maior concentração em procedimentos clínicos (679.815 ¿ 44,8%) e diagnósticos (557.075 ¿ 36,7%). Procedimentos complementares somaram 416.565 atendimentos (27,5%), enquanto ações de promoção e prevenção ambulatorial e procedimentos cirúrgicos isolados tiveram menor frequência (5.360 ¿ 0,35% e 1.400 ¿ 0,09%, respectivamente). O total de procedimentos hospitalares e ambulatoriais gerou um valor global de R$ 21.252.898,41, indicando significativa produção de média complexidade.

De forma geral, os dados evidenciam que a produção em Marabá está fortemente concentrada na atenção clínica e diagnóstica, com relevante volume ambulatorial e hospitalar, e significativa atenção psicossocial. Procedimentos de alta complexidade, transplantes e medicamentos apresentaram baixa ou nenhuma frequência, demonstrando limitação nesses serviços. Esse cenário aponta que a rede está organizada prioritariamente para atenção básica, ambulatorial e média complexidade, reforçando a necessidade de planejamento estratégico para expansão de serviços especializados e de alta complexidade.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
HOSPITAL GERAL	0	0	2	2
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	1	2	3
POSTO DE SAUDE	0	0	4	4
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	1	1	2
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	4	4
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	2	2
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	2	2
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	1	1	2
POLICLINICA	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	1	2
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	0	0	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	21	21
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	1	19	20
FARMACIA	0	1	4	5
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	11	11
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	1	1
COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSAO DE TRABALHADORES NA SAUDE	0	0	2	2
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	1	1
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	0	1	1
Total	**1**	**6**	**80**	**87**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/03/2026.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	6	0	6
MUNICIPIO	48	0	0	48
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	2	0	0	2
AUTARQUIA MUNICIPAL	1	0	0	1
FUNDACAO PUBLICA DE DIREITO PUBLICO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	0	1	1
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	2	0	0	2
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	25	0	0	25
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
ASSOCIACAO PRIVADA	2	0	0	2

PESSOAS FISICAS				
Total	**80**	**6**	**1**	**87**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/03/2026.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede física de estabelecimentos de saúde do SUS no município de Marabá/PA, com base em dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) para o RAG 2025, é composta por 87 unidades, com forte predominância da gestão municipal (92%), seguida pela estadual (7%) e mínima participação de gestão dupla (1%). Observa-se maior concentração na atenção básica e ambulatorial, com destaque para Unidades Básicas de Saúde (24,1%), Clínicas/Centros de Especialidades (23%) e serviços de apoio diagnóstico (12,6%). Em contrapartida, há baixa oferta de serviços hospitalares e especializados, como hospitais gerais e especializados (2,3% cada), além de unidades específicas como Policlínica, CAPS e Central de Regulação Médica das Urgências, que apresentam apenas uma unidade cada (cerca de 1,1%).

Quanto à natureza jurídica, predomina a administração pública municipal (55,2%), seguida pela participação de sociedades empresárias limitadas (28,7%), enquanto as demais categorias, como órgãos estaduais e federais, autarquias, fundações públicas e entidades sem fins lucrativos, apresentam baixa representatividade (inferior a 3%). De forma geral, os dados evidenciam uma rede fortemente pública, com participação complementar do setor privado e pouca diversificação institucional.

Além disso, a distribuição dos tipos de estabelecimentos revela que o SUS em Marabá concentra seus serviços em unidades que garantem a ampla cobertura da atenção primária e serviços ambulatoriais especializados, mas apresenta limitações em relação à capacidade hospitalar instalada e oferta de serviços de média e alta complexidade. A presença reduzida de hospitais e unidades especializadas pode impactar a resolutividade do sistema e a necessidade de encaminhamentos para outras regiões. Esses aspectos destacam a importância do fortalecimento da rede local e da integração entre os diferentes níveis de atenção para garantir a qualidade e a continuidade da assistência, sendo pontos cruciais para o planejamento estratégico no RAG 2025.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	1	1	0	0	0
	Bolsistas (07)	34	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	45	149	130	1.000	151
	Informais (09)	0	0	1	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	255	7	4	14	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	9	1	0	0
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	53	0	60	8	0
	Bolsistas (07)	4	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	7	1	0	2	0
	Intermediados por outra entidade (08)	1	0	0	0	0
Sem Fins Lucrativos (NJ grupo 3)	Autônomos (0209, 0210)	1	0	1	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	5	2	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	114	64	92	161	0
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	17	9	10	48	0
Sem Fins Lucrativos (NJ grupo 3)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	4	0	13	6	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 11/04/2026.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	78	83	92	138
	Bolsistas (07)	0	0	0	4
	Celetistas (0105)	4	4	10	10
	Intermediados por outra entidade (08)	12	12	2	10
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	1	1	1	0
	Bolsistas (07)	14	18	33	31
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	2.370	2.445	2.652	2.669
	Informais (09)	2	2	2	1
	Intermediados por outra entidade (08)	73	136	166	213
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	24	10	11
Sem fins lucrativos (NJ grupo 3)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	2
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	6

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	117	132	172	163

Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	419	455	409	466
Sem fins lucrativos (NJ grupo 3)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	0	0	0	30

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 11/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A análise da força de trabalho do SUS em Marabá/PA, com base em dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), demonstra clara predominância dos vínculos públicos estatutários, que correspondem a aproximadamente 85% a 90% do total. Destacam-se, nesse contexto, os profissionais de nível médio, com 1.000 vínculos (maior quantitativo), seguidos por enfermeiros (149) e agentes comunitários de saúde ¿ ACS (151). Entre os médicos, observa-se um dado relevante: os vínculos intermediados (255) superam os estatutários (45), evidenciando forte dependência de contratação indireta nessa categoria.

As formas de contratação menos frequentes concentram-se nos vínculos informais, autônomos na esfera pública, residentes/estagiários e no setor sem fins lucrativos, todos com participação inferior a 1% a 2%, indicando baixa expressividade dessas modalidades. No setor privado, a participação também é reduzida (cerca de 5% a 8% do total), com predominância de profissionais autônomos, que alcançam até 138 vínculos em 2024, enquanto celetistas e bolsistas permanecem com baixa representatividade, inferior a 2%.

No que se refere aos contratos temporários e cargos em comissão, estes representam uma parcela relevante da força de trabalho (cerca de 10% a 15%), com maior concentração na administração pública, que atingiu 466 vínculos em 2024, o maior valor da série. No setor privado, esses vínculos variam entre 117 e 172 no período analisado, enquanto o segmento sem fins lucrativos apresenta participação incipiente, inexistente até 2023 e com discreta inserção em 2024.

A análise evolutiva entre 2021 e 2024 evidencia crescimento dos vínculos estatutários (+12,6%), aumento expressivo das contratações intermediadas (+191%) e expansão dos autônomos no setor privado (+76%), enquanto os vínculos mais precários permanecem com baixa variação e pouca representatividade.

Como ponto positivo, destaca-se a predominância de vínculos estáveis, que contribuem para a continuidade dos serviços e melhor organização da rede, além da baixa incidência de vínculos informais. Por outro lado, observa-se como ponto de atenção a crescente utilização de vínculos indiretos e temporários, especialmente entre médicos, o que pode gerar maior rotatividade, fragilidade nas relações de trabalho e possíveis impactos na qualidade da assistência, demandando acompanhamento na gestão do trabalho no âmbito do RAG 2025.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Diretriz 1: Redução dos riscos e agravos á saúde da população por meio de ações de proteção, promoção, prevenção e vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 1 .1 - Fortalecer as ações de proteção, promoção, prevenção e vigilância em saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Taxa	2021	172,00	150,00	150,00	Taxa	72,19	48,13
Ação Nº 1 - Monitorar e avaliar o Sistema de Informação de Mortalidade- SIM, para detecção de maior numero de óbitos (causas) e realizar orientação às áreas da assistência.									
Ação Nº 2 - Busca ativa de óbitos por causa desconhecida para avaliação e análise das causas de óbito por causas prematuras.									
2. Encerrar as doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (SINAN), em até 60 dias a partir da data de notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após notificação.	Percentual	2021	70,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Verificar a retroalimentação semanalmente para filtrar as notificações de residentes de Marabá, realizada em outro município e encerrar as fichas em tempo oportuno.									
Ação Nº 2 - Realizar avaliação do SINAN semanalmente.									
Ação Nº 3 - Observar e analisar diariamente os resultados de exames para descarte ou confirmação dos agravos.									
Ação Nº 4 - Busca ativa e investigação epidemiológica.									
Ação Nº 5 - Fornecer dados epidemiológicos para outros setores para planejamento de ações de saúde e para trabalhos acadêmicos.									
3. Manter cura dos casos de hanseníase diagnosticada nos anos das coortes, assegurando a adesão até a alta.	Proporção de cura de casos de hanseníase diagnosticada nos anos das coortes.	Percentual	2021	89,70	93,00	93,00	Percentual	95,00	102,15
Ação Nº 1 - Realizar Campanha Janeiro Roxo com divulgação na mídia local através da ASCOM.									
Ação Nº 2 - Realizar 04 capacitações anualmente para médicos (a) e enfermeiros (a).									
Ação Nº 3 - Monitoramento desde o início até o final do tratamento conforme os boletins (SINAN) para acompanhamento mensalmente, caso haja necessidade realizar busca ativa dos faltosos e abandonos.									
Ação Nº 4 - Implantar oficinas práticas de Tuberculose e Hanseníase.									
4. Monitorar o número de casos novos de tuberculose pulmonar.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Percentual	2021	80,00	86,00	86,00	Percentual	62,40	72,56
Ação Nº 1 - Divulgar programa e tratamento da Tuberculose através da mídia local ASCOM.									
Ação Nº 2 - Realizar capacitações anualmente para médicos (a) e enfermeiros (a).									
Ação Nº 3 - Monitoramento desde o início até o final do tratamento conforme os boletins (SINAN) para acompanhamento mensalmente, caso haja necessidade realizar busca ativa dos faltosos e abandonos.									
Ação Nº 4 - Manter oficinas práticas de Tuberculose e Hanseníase.									
Ação Nº 5 - Realizar busca ativa de casos sintomaticos como rotina mensal da APS.									
Ação Nº 6 - Ampliar os postos de coleta de TRM.									
5. Reduzir o número de casos autóctones de malária.	Número de casos autóctones de malária.	Número	2021	0		0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar monitoramento dos casos confirmados importados.									
Ação Nº 2 - Garantir realização de exames para diagnóstico.									
Ação Nº 3 - Realizar orientação aos profissionais da saúde quanto aos sinais e sintomas da malária.									

6. Reduzir o número de casos de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	Número	2021	0		0	Número	4,00	0
Ação Nº 1 - Realizar testes de HIV em todas as gestantes que fazem o pré-natal na rede SUS.									
Ação Nº 2 - Atualizar fluxo de atendimento do HIV no município de Marabá em conjunto com o CTA.									
Ação Nº 3 - Realizar capacitação da rede de saúde sobre diagnóstico, tratamento e monitoramento de gestantes vivendo com HIV (GVHIV).									
Ação Nº 4 - Realizar ações de educação em saúde em conjunto com Atenção Básica.									
Ação Nº 5 - Realizar Campanha Dezembro Vermelho nas UBS em parceria com o CTA.									
Ação Nº 6 - Monitorar os casos notificados.									
7. Executar ações de apoio ao controle de qualidade de água para consumo humano.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter o profissional bioquímico ativo, para realização da análise de água.									
Ação Nº 2 - Examinar parâmetro de coliformes totais, turbidez e cloro residual livre de todas as amostras de água.									
8. Aumentar o conjunto de imóveis localizados em áreas infestadas pelo vetor e o quantitativo que realmente foi visitado pelos agentes de controle de endemias, preferencialmente em articulação com os agentes comunitários de saúde, em cada ciclo.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número	2021	0	6	6	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar visitas domiciliares rotineiramente para o controle da dengue.									
Ação Nº 2 - Manter número de imóveis cadastrados na base de reconhecimento atualizado.									
Ação Nº 3 - Realizar ações de mutirão junto a outros órgãos para controle ambiental.									
Ação Nº 4 - Aumentar o quantitativo de novos Agentes Comunitários de Endemias - ACE.									
9. Realizar as inspeções conforme pactuado na Programação Anual da Vigilância Sanitária.	Percentual de ações realizadas no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Receber denúncias/ reclamações.									
Ação Nº 2 - Instauração de processos administrativos sanitários									
Ação Nº 3 - Cadastrar e licenciar, estabelecimentos e serviços sujeitos a vigilância sanitária.									
Ação Nº 4 - Inspecionar e fiscalizar, estabelecimentos e serviços sujeitos a vigilância sanitária.									
Ação Nº 5 - Realizar atividades educativas para população.									
Ação Nº 6 - Realizar atividades educativas setor regulado.									
Ação Nº 7 - Atendimento de denuncias/reclamação.									
10. Ampliar na Unidade de Saúde o preenchimento do campo-ocupação, nas notificações de agravos no SINAN relacionadas ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos no relacionados ao trabalho.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar capacitação e atualização sobre notificações aos estabelecimentos notificadores.									
Ação Nº 2 - Incluir a VISAT no monitoramento e acompanhamento das fichas relacionadas ao trabalho									
11. Ampliar a investigação dos óbitos em mulheres em idade fértil (MIF).	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	Percentual	2021	92,20	100,00	100,00	Percentual	47,00	47,00
Ação Nº 1 - Realizar capacitação com os médicos para o preenchimento correto das declarações de óbito.									
Ação Nº 2 - Solicitar contratação e/ou convocação do concurso público de profissional enfermeiro e técnico de enfermagem.									
Ação Nº 3 - Realizar treinamento sobre investigação de óbito a nível ambulatorial e domiciliar com os profissionais da Atenção Básica, Enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde.									
Ação Nº 4 - Realizar investigação domiciliar para preenchimento de ficha de investigação de óbito de mulher em idade fértil para descarte de óbito materno.									
Ação Nº 5 - Realizar investigação domiciliar nos casos em que a investigação hospitalar e ambulatorial não foi suficiente para estabelecimento da causa morte.									

12. Ampliar o registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	Percentual	2021	78,90	95,00	95,00	Percentual	92,00	96,84
Ação Nº 1 - Realizar investigação domiciliar com preenchimento de ficha autopsia verbal para definição dos óbitos das causas mal definidas.									
Ação Nº 2 - Realizar capacitação com os médicos para preenchimento correto das declarações de óbito.									
Ação Nº 3 - Realizar a investigação domiciliar nos casos em que a investigação hospitalar e ambulatorial não fora suficientes para estabelecimento da causa morte.									
13. Monitorar a tendência com o objetivo de reduzir a gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	Percentual	2021	14,50	12,00	12,00	Percentual	17,39	144,92
Ação Nº 1 - Buscar parcerias junto aos CRAS/CREAS para realizar ações com foco na prevenção da gravidez na adolescência.									
Ação Nº 2 - Realizar palestras educativas nas escolas da rede pública, pactuadas com o PSE.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento do número de pré-natal iniciados nessa faixa etária.									
Ação Nº 4 - Melhorar a orientação sexual para os pais sobre gravidez na adolescencia.									
Ação Nº 5 - Divulgação na midia sobre métodos contraceptivos liberados nas UBS.									
14. Reduzir a taxa da mortalidade infantil municipal.	Taxa de mortalidade infantil.	Taxa	2021	11,60	10,00	10,00	Taxa	16,70	167,00
Ação Nº 1 - Acompanhar que a 1ª consulta do recém-nascido na atenção básica seja realizada até os 7 primeiros dias de vida.									
Ação Nº 2 - Acompanhar a realização de no mínimo 06 (seis) consultas do pré-natal.									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa que garantam a captação precoce até 12ª semana das gestantes para início de pré-natal.									
Ação Nº 4 - Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.									
Ação Nº 5 - Monitorar bimestralmente os dados de mortalidade infantil.									
15. Implantar o monitoramento das notificações de violência doméstica, sexual e outras violências.	Percentual de unidades de Saúde da Atenção Básica monitoradas.	Percentual	2021	0,00	100,00	100,00	Percentual	24,00	24,00
Ação Nº 1 - Avaliar quadrimestralmente os dados da vigilância epidemiológica do número de violência doméstica, sexual e outras violências.									
Ação Nº 2 - Desenvolver campanhas educativas em escolas, comunidades tradicionais.									
Ação Nº 3 - Proporcionar capacitação para os profissionais da saúde.									
Ação Nº 4 - Realizar boletim epidemiológico das principais violências notificadas.									
16. Avaliar o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto.	Reduzir o número de Óbitos Maternos.	Número	2021	7		0	Número	5,00	0
Ação Nº 1 - Acompanhar o início do pré-natal até a 12ª semana da gestação.									
Ação Nº 2 - Acompanhar o pré-natal com no mínimo 06 (seis) consultas.									
Ação Nº 3 - Garantir a realização dos testes rápidos de IST'S do pré-natal.									
Ação Nº 4 - Realizar a classificação do risco gestacional e devidos encaminhamentos.									
Ação Nº 5 - Proporcionar capacitação para os profissionais da saúde.									
Ação Nº 6 - Melhorar acesso a gestantes ao pré-natal de alto risco.									
Ação Nº 7 - Melhorar o acesso ao tratamento medicamentoso para gestantes com necessidade.									
17. Reduzir o número absoluto de óbitos por dengue.	Número absoluto de óbitos por dengue.	Número	2021	0		0	Número	1,00	0
Ação Nº 1 - Realizar ações de educação em saúde nas escolas e associações de bairros com orientações de cuidados com o mosquito aedes aegypti.									
Ação Nº 2 - Realizar visitas domiciliares rotineiramente para o controle da dengue.									
Ação Nº 3 - Realizar orientação aos profissionais da saúde quanto aos sinais e sintomas da dengue.									
Ação Nº 4 - Realizar ações de mutirão junto a outros órgãos para controle ambiental.									
Ação Nº 5 - Realizar investigação epidemiológica de casos suspeitos de dengue.									
18. Aumentar o número de crianças que completaram 12 meses de idade, no quadrimestre avaliado, com 3ª doses aplicadas de poliomielite inativada e pentavalente ou (caso excepcional descrito na ficha de qualificação).	Proporção de crianças de 1(um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, Infecções causadas por Haemophilus Influenzae tipo b e Poliomielite Inativa.	Percentual	2021	64,00	95,00	95,00	Percentual	0	0

Ação Nº 1 - Proporcionar capacitação para os profissionais da saúde.									
Ação Nº 2 - Captação das crianças no puerpério das mães.									
Ação Nº 3 - Busca ativa nas áreas de cobertura da estratégia através dos ACS'S com verificação do esquema vacinal.									
Ação Nº 4 - Realizar ações de vacinação através do extra muro em áreas descobertas.									
Ação Nº 5 - Realizar divulgação da importância da vacinação através da ASCOM.									
Ação Nº 6 - Acompanhar e avaliar dados dos sistemas de informações do programa nacional de imunizações para alcance de indicadores.									
Ação Nº 7 - Orientar e estimular a Diretoria de Atenção Básica, à busca ativa em tempo oportuno dos usuários, com esquema de vacinação incompleto.									
Ação Nº 8 - Realizar capacitações as equipes da atenção básica quanto as atualizações da caderneta vacinal.									
19. Aumentar a cobertura vacinal em idosos.	Proporção de idosos com cobertura vacinal adequada.	Percentual	2021	55,30	90,00	90,00	Percentual	14,64	16,27
Ação Nº 1 - Quantificar semestralmente as pessoas idosas acompanhadas pela ESF das unidades básicas de saúde, através da busca ativa e atualização do CNS.									
Ação Nº 2 - Atualizar o calendário vacinal da pessoa idosa utilizando a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.									
Ação Nº 3 - Promover o dia "D" direcionando para vacinação de pessoas idosas nas unidades básicas de saúde.									
Ação Nº 4 - Divulgar o dia "D" de campanha em redes sociais.									
Ação Nº 5 - Captação de idosos em áreas descobertas e monitoramento da caderneta vacinal dos idosos nas Instituições de Longa Permanência- ILP, pela equipe extra muro.									
20. Instituir o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) para identificar emergências epidemiológicas, em conjunto com as demais áreas da Vigilância em Saúde.	Número de CIEVS implantado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
21. Realizar o matriciamento em saúde do trabalhador com a RAS,	Aumentar no registro de doenças e agravos relacionado ao trabalho de notificação compulsória no SINAN.	Número	2021	145	165	165	Número	201,00	121,82
Ação Nº 1 - Qualificação das equipes da Atenção Básica, hospitalar urgência/emergência, ambulatório especializado, sobre os agravos que envolvem a saúde dos trabalhadores por quadrimestre, nos 17 municípios.									
Ação Nº 2 - Elaborar materiais de divulgação eletrônica e gráfico sobre a PNSTT análises, epidemiológicas de saúde dos trabalhadores, tais como: boletins, informes, camisas, folhetos e cartilhas.									
Ação Nº 3 - Formular e implementar o fluxo de encaminhamento de trabalhadores acometidos com Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho ao CEREST para investigar nexo causal.									
Ação Nº 4 - Realização de Inspeção/Vigilância em saúde do trabalhador nos 17 municípios de abrangência.									
22. Implementar a Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT.	VISAT implementado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
23. Implantar serviço de castração móvel.	Serviço de castração móvel implantado.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Equipar o veículo de castração móvel.									
Ação Nº 2 - Solicitar contratação e/ou convocação de médicos veterinários e assistentes para compor equipe de castração móvel.									
Ação Nº 3 - Ampliar castrações em perímetro urbano desassistido.									
24. Realizar campanha antirrábica anual preconizada pelo Ministério da Saúde.	Campanha realizada.	Número	2021	1	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Articular com outros órgãos a disposição de pessoal e veículos.									
Ação Nº 2 - Realizar mutirões de vacinação.									
Ação Nº 3 - Solicitar insumos.									
Ação Nº 4 - Realizar arrastão de vacinação casa a casa.									
25. Ampliar número de exames da leishmaniose visceral canina -LVC pra cães.	Número de exames de LVC ampliados.	Número	2021	684	6.100	1.800	Número	607,00	33,72
Ação Nº 1 - Intensificar as ações de coleta na semana de combate a leishmaniose visceral canina.									
Ação Nº 2 - Ações de educação em saúde.									

Ação Nº 3 - Realizar ações de coleta em zona urbana e zona rural.									
26. Ampliar o número de Castrações de cães e gatos.	Número de animais castrados ampliados.	Número	2021	1.189	5.800	1.600	Número	623,00	38,94
Ação Nº 1 - Aumentar o número de profissionais médico veterinário .									
Ação Nº 2 - Implementar castração durante a semana.									
27. Garantir a investigação de casos de agressão de morcegos ao homem.	Número de casos investigados.	Número	2021	1	20	5	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar investigação e ação de captura de morcegos, em caso de agressão de morcegos ao homem.									
Ação Nº 2 - Realizar ações de captura de morcego onde houver casos confirmados de raiva em herbívoros.									
28. Garantir o atendimento de denúncias de animais Sinantrópicas.	Número de denúncias.	Número	2021	30	132	36	Número	1,00	2,78
Ação Nº 1 - Manter os canais de comunicação sempre ativos.									
Ação Nº 2 - Manter o profissional capacitado para atendimento das denúncias.									
Ação Nº 3 - Ações de educação em saúde.									
29. Garantir a captura de animais errantes através da carrocinha.	Número de animais apreendidos.	Número	2021	140	576	147	Número	85,00	57,82
Ação Nº 1 - Realização de carrocinha 3 vezes na semana.									
Ação Nº 2 - Ações de controle populacional de animais errantes com recolhimento de cães errantes suspeitos e positivos de leishmaniose visceral canina na zona urbana e rural de Marabá.									
30. Ampliar as ações de monitoramento sobre doenças causadas por agrotóxicos.	Número de ações realizadas.	Número	2021	5	55	6	Número	2,00	33,33
Ação Nº 1 - Realizar ação de educação em saúde, junto as escolas, associações de bairros e etc.									
Ação Nº 2 - Realizar delineamento do perfil epidemiológico das pessoas expostas ao agrotóxico.									
Ação Nº 3 - Cooperação com a VISAT.									
Ação Nº 4 - Investigação de casos notificados.									
31. Ampliar visitas e controle dos PEs (Pontos Estratégicos) por ciclo.	Percentual de visitas por ciclo realizadas.	Percentual	2021	60,00	100,00	100,00	Percentual	28,91	28,91
Ação Nº 1 - Realizar visitas permanentes em pontos estratégicos por ciclos.									
32. Ampliar as visitas de Agentes de Combate a Endemias - ACE preconizadas por ciclo.	Percentual mínimo de 80% ciclos de visitas realizadas.	Percentual	2021	7,50	80,00	80,00	Percentual	2,75	3,44
Ação Nº 1 - Realizar contratação de novos ACE.									
33. Reduzir o número de casos Leishmaniose Visceral Humana.	Número de casos reduzidos.	Número	2021	85	20	20	Número	4,00	20,00
Ação Nº 1 - Reconhecimento da área de/com risco de transmissão.									
Ação Nº 2 - Realizar ações de orientação á comunidade a respeito de medidas de prevenção e de controle da LV.									
Ação Nº 3 - Realizar monitoramento entomológico conforme orientação do Ministério da Saúde.									
34. Realizar ação para controle químico (Fumacê) em áreas estratégicas.	Número de ações realizadas.	Número	2021	132	780	Não programada	Número		
35. Vacinação da gestante hepatite B.	Gestantes vacinadas.	Percentual	2021	0,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Verificação/atualização da carteira de vacinação da gestante durante o pré-natal.									
Ação Nº 2 - Desenvolver ações de sensibilização às gestantes.									
Ação Nº 3 - Incentivar as equipes de Estratégia Saúde da Família a realizarem busca ativa de gestantes com esquema vacinal incompleto.									
Ação Nº 4 - Solicitar à Vigilância/ imunização a garantia aos imunobiológicos nas UBS.									

DIRETRIZ Nº 2 - Diretriz 2: Garantia do acesso da população a serviços públicos de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica.

OBJETIVO Nº 2 .1 - Assegurar à população ações e os serviços básicos de saúde, fortalecendo a linha de cuidados Materno-Infantil, organizando e qualificando a atenção da rede de Saúde da Mulher, ampliando as ações da Linha de cuidados à Saúde do Homem, do Idoso e às Condições Crônicas.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar o número de Equipes da Atenção Primária (EAP) .	Número de equipes ampliadas anualmente.	Número	2021	8	17	4	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantação de equipes de atenção primária.									
Ação Nº 2 - Realizar o levantamento das áreas descobertas para avaliar a necessidade da implantação de novas equipes.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento dentro do e-Gestor a habilitação/homologação das novas equipes.									
2. Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família (ESF).	Número de equipes ampliadas anualmente.	Número	2021	34	20	5	Número	4,00	80,00
Ação Nº 1 - Realizar o levantamento das áreas descobertas para avaliar a necessidade da implantação de novas equipes.									
Ação Nº 2 - Implantação de equipes de estratégia de saúde da família.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento dentro do e-Gestor a habilitação/homologação das novas equipes.									
3. Ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde nas equipes de Atenção Básica.	Número de ACS ampliados.	Número	2021	317	316	60	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantação de novas equipes ESF/EAP, para ampliação do número de Agentes Comunitários de Saúde.									
Ação Nº 2 - Realização de processo seletivo ou concurso público para contratação de agentes comunitários de saúde.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento dentro do e-Gestor a habilitação/homologação das novas equipes.									
4. Ampliar a cobertura de Saúde Bucal.	Percentual de saúde bucal ampliada.	Percentual	2021	14,75	55,00	55,00	Percentual	19,40	35,27
Ação Nº 1 - Implantação de novas equipes de saúde bucal.									
Ação Nº 2 - Realizar o levantamento das áreas descobertas para avaliar a necessidade da implantação de novas equipes.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento dentro do e-Gestor a habilitação/homologação das novas equipes.									
5. Promover a ampliação do número de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas prénatal realizadas, sendo a1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Percentual	2021	25,00	45,00	45,00	Percentual	75,72	168,27
Ação Nº 1 - Ofertar o teste rápido de gravidez para identificação precoce.									
Ação Nº 2 - Garantir o agendamento dos atendimentos.									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa das gestantes através das equipes ESF.									
Ação Nº 4 - Orientar as gestantes acerca da importância do acompanhamento do pré-natal.									
6. Promover o aumento do número de gestantes com sorologia solicitada e avaliada ou teste rápido realizado para HIV e Sífilis na Atenção Básica de Saúde.	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV.	Percentual	2021	66,00	66,00	66,00	Percentual	100,00	151,52
Ação Nº 1 - Ofertar o teste rápido de Sífilis, HIV para identificação precoce.									
Ação Nº 2 - Garantir o agendamento dos atendimentos.									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa das gestantes através das equipes ESF.									
Ação Nº 4 - Promover ações de sensibilização as gestantes, abordando a importância da realização dos testes.									
Ação Nº 5 - Aumentar o número de gestantes com realização dos exames de Sífilis e HIV para adesão a meta do Previne Brasil.									
Ação Nº 6 - Ampliação de oferta de vagas para laboratório e descentralizar essas coletas.									
Ação Nº 7 - Solicitar garantia de vagas as gestantes de exames laboratoriais para a coordenação de laboratórios.									
7. Promover e ampliar o número de gestantes para o atendimento odontológico na APS.	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	Percentual	2021	10,00	60,00	60,00	Percentual	48,41	80,68
Ação Nº 1 - Garantir o agendamento dos atendimentos.									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa das gestantes através das equipes ESF.									
Ação Nº 3 - Monitorar o número de atendimento odontológicos das gestantes.									
Ação Nº 4 - Promover ações de sensibilização as gestantes, abordando a importância do atendimento odontológico.									

Ação Nº 5 - Realizar capacitações aos gerentes e profissionais de saúde sobre a importância da captação das gestantes para o atendimento odontológico.									
8. Monitorar a obesidade materna.	Percentual de Gestantes com IMC classificado como obesidade.	Percentual	2021	0,00	40,00	40,00	Percentual	1,11	2,78
Ação Nº 1 - Implantar o consolidado para detecção e acompanhamento com IMC classificado como obesidade.									
Ação Nº 2 - Realizar capacitação aos profissionais sobre o preenchimento do consolidado de classificação da obesidade materna.									
Ação Nº 3 - Registrar corretamente os parâmetros do atendimento.									
9. Implantar o protocolo de preenchimento de fichas do SISVAN nas Unidades Básicas de Saúde.	Protocolo implantado nas Unidades Básicas de Saúde.	Número	2021	0	24	1	Número	23,00	2.300,00
Ação Nº 1 - Proporcionar capacitação/treinamento para implantação do preenchimento das fichas.									
10. Monitorar a obesidade Infantil em menor de 2 anos.	Percentual de Crianças com idade menor de 2 anos com IMC classificado como obesidade.	Percentual	2021	0,00	40,00	40,00	Percentual	15,09	37,72
Ação Nº 1 - Acompanhar o consolidado de puericultura.									
Ação Nº 2 - Proporcionar capacitação/treinamento de puericultura para equipes assistenciais.									
Ação Nº 3 - Registrar de forma correta o preenchimento dos códigos CID/10 e CIAP.									
11. Monitorar a desnutrição infantil em menor de 2 anos.	Percentual de crianças com idade menor de 2 anos monitoradas.	Percentual	2021	0,00	40,00	40,00	Percentual	17,09	42,73
Ação Nº 1 - Proporcionar capacitação/treinamento de puericultura para equipes assistenciais.									
Ação Nº 2 - Acompanhar o consolidado de puericultura.									
Ação Nº 3 - Promover ações de sensibilização à comunidade, abordando a importância do acompanhamento nutricional.									
Ação Nº 4 - Registrar de forma correta o preenchimento dos códigos CID/10 e CIAP.									
12. Monitorar crianças com até 6 meses em Aleitamento Materno Exclusivo (AME).	Percentual de crianças de até 6 meses de idade em AME.	Percentual	2021	0,00	40,00	40,00	Percentual	65,69	164,22
Ação Nº 1 - Acompanhar o consolidado de puericultura.									
Ação Nº 2 - Desenvolver campanhas alusivas ao aleitamento materno - Agosto Dourado.									
Ação Nº 3 - Realizar treinamento para os profissionais da saúde sobre o manejo do aleitamento materno.									
Ação Nº 4 - Reforçar a importância e a estimulação do Aleitamento Materno Exclusivo até o sexto mês, através de campanhas educativas na AB durante o Pré Natal.									
13. Ampliar a cobertura de coleta de exames citopatológicos, na faixa etária de 25 a 64 anos.	Proporção de mulheres com coleta de exames citopatológico na APS.	Percentual	2021	12,00	40,00	40,00	Percentual	70,00	175,00
Ação Nº 1 - Realizar campanha março lilás e outubro rosa, afim de sensibilizar a população sobre a prevenção do câncer .									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa de mulheres nessa faixa etária dentro da área de cobertura.									
Ação Nº 3 - Garantir o atendimento em horário estendido em 05 (cinco) unidades básicas de saúde.									
Ação Nº 4 - Promover ações extra muro para realização da coleta do citopatológico em áreas descobertas.									
Ação Nº 5 - Realizar capacitação dos profissionais de saúde acerca das técnicas de coleta e acondicionamento do material citopatológico.									
Ação Nº 6 - Estimular a busca ativa para promover as coletas e sensibilizar a população sobre a importância do exame nas áreas descobertas.									
14. Ampliar o número de consultas e solicitação do exame de hemoglobina glicada de pessoas com diabetes Mellitus(DM), na APS nos últimos 6 meses.	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	Percentual	2021	33,00	50,00	50,00	Percentual	65,87	131,74
Ação Nº 1 - Monitorar o cadastro no PEC das pessoas com essa patologia.									
Ação Nº 2 - Monitorar através do PEC/SISAB o número e o período dos atendimentos das pessoas com diabetes.									
Ação Nº 3 - Ampliar o Programa Estratégia Saúde Cardiovascular, com objetivo de ampliar as ações e registrar as atividades de forma correta.									
Ação Nº 4 - Realizar capacitações aos profissionais das Unidades Básicas de Saúde para o alcance de metas.									
Ação Nº 5 - Ampliar Programa de Atividade Física na APS em cinco Unidades Básicas de Saúde.									

15. Promover a implantação do Acompanhamento no Pré - Natal Pai/Parceiro.	Proporção de Pai/Parceiro com acompanhamento no Pré-Natal.	Percentual	2021	0,00	55,00	55,00	Percentual	47,46	86,29
Ação Nº 1 - Promover a capacitação das equipes da ESF.									
Ação Nº 2 - Propor o treinamento das equipes da ESF no sistema E-SUS/PEC/CDS sobre o procedimento.									
Ação Nº 3 - Implementar nas Unidades Básicas de Saúde o pré-natal Pai parceiro no atendimento noturno.									
16. Monitorar o processo de planejamento familiar desde a Atenção Básica, até a Média Complexidade.	Conclusão do processo de planejamento familiar iniciado na APS.	Percentual	2021	0,00	95,00	95,00	Percentual	19,14	20,15
Ação Nº 1 - Acompanhar os números de laqueadura, vasectomia e DIU, através do consolidado de planejamento familiar.									
Ação Nº 2 - Estimular a capacitação dos profissionais para aplicação do DIU (enfermeiros/médicos).									
Ação Nº 3 - Atuar em parceria com PSE nas escolas.									
17. Realizar ações extramuros na zona urbana.	Número de ações extramuros realizadas.	Número	2021	146	660	177	Número	312,00	176,27
Ação Nº 1 - Realizar ações em áreas descobertas pela ESF.									
Ação Nº 2 - Realizar ações sazonais.									
Ação Nº 3 - Elaborar cronograma de ações.									
Ação Nº 4 - Realizar atendimento de urgência e emergência em atendimento com ambulâncias em eventos.									
18. Realizar ações extramuros na zona rural.	Número de ações extramuros realizadas.	Número	2021	49	408	102	Número	83,00	81,37
Ação Nº 1 - Realizar as ações em áreas descobertas pela ESF.									
Ação Nº 2 - Realizar ações sazonais.									
Ação Nº 3 - Elaborar cronograma de ações.									
Ação Nº 4 - Realizar atendimento de urgência e emergência com ambulância em eventos.									
19. Ampliar o número de escolas pactuadas para atendimento do PSE.	Número de escolas pactuadas ampliadas a cada 2 anos.	Número	2021	74	33	16	Número	13,00	81,25
Ação Nº 1 - Participação de colonia de férias em parceria intersetorial com a casa da cultura.									
Ação Nº 2 - Seminario para os profissionais das áreas da saúde e educação.									
20. Ampliar o número de Unidades Básicas de Saúde com o Programa Nacional de Combate do Tabagismo - PNCT.	Número de unidades de Saúde com o PNCT ampliadas.	Número	2021	3	20	5	Número	6,00	120,00
Ação Nº 1 - Propor o treinamento das equipes da ESF no sistema E-SUS/PEC/CDS e de mais profissionais da APS sobre o tabagismo.									
Ação Nº 2 - Promover a capacitação das equipes da ESF.									
Ação Nº 3 - Garantir a distribuição do tratamento medicamentoso do PNCT.									
Ação Nº 4 - Realizar divulgação do Programa através de palestras em instituições públicas privadas.									
21. Promover a ampliação e acompanhamento do número de pessoas com hipertensão arterial, com consulta em hipertensão arterial e aferição de PA nos últimos 6 meses.	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	Percentual	2021	8,00	50,00	50,00	Percentual	75,57	151,14
Ação Nº 1 - Monitorar o cadastro no PEC das pessoas com essa patologia.									
Ação Nº 2 - Monitorar através do PEC/SISAB o número e o período dos atendimentos das pessoas com hipertensão.									
Ação Nº 3 - Ampliar o Programa Estratégia Saúde Cardiovascular.									
Ação Nº 4 - Realizar capacitações aos profissionais das Unidades Básicas de Saúde para alcance de metas.									
Ação Nº 5 - Ampliar Programa de Atividade Física na APS em cinco UBS.									
22. Ampliar o número de unidades de saúde com o prontuário eletrônico do cidadão - PEC implantado.	Número de unidades de saúde com PEC implantado.	Número	2021	10	15	3	Número	1,00	33,33
Ação Nº 1 - Ampliar o sistema PEC para todas as unidades e extensão em 2025.									
23. Implantar o Programa Saúde na Hora (São Félix e Morada Nova).	Programa Saúde na hora implantado.	Número	2021	0	2	Não programada	Número		

24. Ampliar o número de equipes de Atenção Primária Prisional.	Número de equipes ampliadas.	Número	2021	2	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realização de processo seletivo ou concurso público.									
Ação Nº 2 - Implantação de novas equipes prisionais.									
Ação Nº 3 - Acompanhamento dentro do e-Gestor da habilitação/homologação das novas equipes.									
25. Implementar a Politica Nacional de Saúde do Idoso.	Politica Nacional de Saúde do Idoso implementada.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os novos profissionais de saúde da ESF e EAP.									
Ação Nº 2 - Ampliar para as novas UBS's a ultilização da caderneta de saúde da pessoa idosa.									
Ação Nº 3 - Criar e implantar a ficha de notificação para casos de maus tratos e/ou violência contra pessoa idosa, em parceria com MPPA e CMDDPI.									
Ação Nº 4 - Criar o protocolo municipal para acolhimento para pessoas idosas nas instituições de longa permanência- ILPI's, CIPIAR e Lar São Vicente de Paulo.									
26. Implementar a Politica Nacional de Saúde do Homem.	Política Nacional de Saúde do Homem implementada.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliar a coleta de PSA nas UBS's, bem como em outras instituições públicas e privadas durante a Campanha Novembro Azul.									
Ação Nº 2 - Capacitar os novos profissionais de saúde da ESF e EAP sobre a PNAISH.									
Ação Nº 3 - Criar Politica Municipal de Saúde do Homem através de Lei Municipal.									
27. Implementar o Programa Municipal Porta a Porta.	Programa implantado.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliar divulgação do serviço.									
Ação Nº 2 - Reiterar solicitação via gabinete, da aquisição de carros.									
Ação Nº 3 - Solicitar ao RH, profissionais técnicos via concurso público / processo seletivo.									
Ação Nº 4 - Aumentar a área de abrangência para São Félix e Morada Nova e demais áreas.									
Ação Nº 5 - Garantir a continuidade do programa.									

DIRETRIZ Nº 3 - Diretriz 3 : Ampliação e qualificação da Atenção Especializada Ambulatorial, Hospitalar e de Urgência/Emergência buscando melhorias no acesso e na qualidade da assistência à saúde da população.

OBJETIVO Nº 3 .1 - Objetivo 1: Organizar e qualificar o acesso à assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU– 192).	Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU – 192).	Percentual	2021	80,00	80,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Solicitar as operadoras de fonia fixa e móvel a ampliação do acesso do sinal de fonia para que possa aumentar a abrangência de área do serviço.									
Ação Nº 2 - Manter o serviço ofertando assistência móvel da rede de atenção as urgências para que haja possibilidade da vítima ser socorrida precocemente após ter ocorrido um agravo a sua saúde (de natureza clínica ,cirúrgica, traumática, obstétrica , pediátrica, psiquiátrica, entre outras) que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte, mediante o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo número 192 e acionado por uma central de regulação das urgências.									
2. Implantação de tronco digital e gravação de voz.	Tronco Digital e de gravação implantado.	Número	2021	1	1	Não programada	Número		
3. Construção de base descentralizada de unidade suporte básico de vida no núcleo Laranjeiras/Liberdade.	Construção de base descentralizada.	Número	2021	1	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Encaminhar ao gabinete do secretário, para viabilização.									
4. Reforma das Bases SAMU descentralizada HMM/ Nova Marabá.	Reforma da Base do SAMU HMM/Nova Marabá realizada.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
5. Reforma das Bases SAMU descentralizada São Félix /Morada Nova.	Reforma da Base do SAMU São Félix/Morada Nova realizada.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
6. Reforma das Bases SAMU descentralizada Cidade Nova.	Reforma da Base do SAMU Cidade Nova realizada.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		

7. Ampliar o número de leitos.	Número de leitos hospitalares do SUS por mil habitantes sob gestão municipal.	Taxa	2021	0,66	0,86	0,86	Taxa	0,63	73,26
Ação Nº 1 - Utilizar áreas em que hoje funciona o pronto socorro, e pronto atendimento do HMM para leitos de internação.									
Ação Nº 2 - Habilitar /cadastrar esses novos leitos do HMM junto ao CNES.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto visando a construção de um terceiro bloco para HMI.									
8. Implantar Leitos de UTI Adulto no Hospital Municipal de Marabá.	Leitos de UTI adulto implantados no HMM.	Número	2021	0	10	Não programada	Número		
9. Ampliação do serviço de radiofonia para municípios cobertos pela CRRU Carajás.	Implantação de pontos de radiofonia em 9 municípios regulados pela Central.	Número	2021	1	9	4	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar licitação de oferta de serviço de cobertura de radiofonia para a região de Carajás.									
Ação Nº 2 - Pleitear investimento e/ou pactuação para ofertar serviços em municípios regulados que tenham envio de ambulância e escuta médica através do tri dígito 192.									
10. Implantar o programa de residência em saúde.	Programa implantado.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Criação da COREME									
Ação Nº 2 - Criação dos projetos da Residência Medica									
Ação Nº 3 - Adesão aos Editais Publicados pelo ministério da saúde									
11. Renovação de frota de ambulâncias SAMU	Frota renovada.	Número	2021	0	4	4	Número	0	0
Ação Nº 1 - Cadastrar no SAIPS e no REDMINE todas as viaturas disponibilizadas à CRRU Carajás.									
Ação Nº 2 - Solicitar substituição de viaturas com ano de fabricação inferior ao ano de 2019.									
12. Redução de internações por condições sensíveis à Atenção básica.	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção básica (ICSAB).	Percentual	2021	24,20	20,00	20,00	Percentual	24,63	123,15
Ação Nº 1 - Fortalecer a Atenção Básica.									
Ação Nº 2 - Realizar monitoramento dos indicadores voltados para as DCNT (dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes tipo II, uso de álcool, obesidade).									
Ação Nº 3 - Solicitar novos médicos para composição de equipes nas UBS.									
Ação Nº 4 - Articular junto à Escola da Saúde, aulas voltadas à prevenção das DCNT.									
13. Reforma e ampliação do CAPS II existente para habilitação em CAPS III.	Reforma e ampliação realizadas.	Número	2021	1	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Elaboração de projeto para reforma e readequação de salas de atendimentos									
Ação Nº 2 - Elaboração de projeto visando a ampliação do serviço									
14. Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	Ações de Matriciamento realizadas do CAPS com equipes de Atenção Básica.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar matriciamento em todas as Unidades Básicas de Saúde, intensificando em Janeiro Branco e Setembro Amarelo.									
15. Construção do núcleo de atendimento ao TEA - Transtorno do Espectro Autista.	Núcleo do TEA construído.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
16. Reforma da Ala Psicossocial do HMM.	Ala Psicossocial do HMM reformada.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Monitorar e acompanhar o andamento da obra.									
17. Construção da Ala Psicossocial do HMM.	Ala Psicossocial do HMM construída.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Monitorar e acompanhar andamento da obra									
18. Habilitar AMENT (Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental).	AMENT habilitada.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar junto ao estado previsão de nova portaria para a habilitação do serviço									

19. Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).	Percentual	2021	7,69	6,26	6,26	Percentual	4,55	72,68
Ação Nº 1 - Fortalecer a capacidade de resposta da Atenção Básica no enfrentamento das DCNT por meio de ações de educação permanente.									
Ação Nº 2 - Elaborar plano de ação para o rastreamento dos fatores de risco para DCNT (dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes tipo II, uso de álcool, obesidade).									
20. Garantir a realização de exames anti - HIV nos casos novos de tuberculose.	Proporção de exame anti-HIV nos casos novos de tuberculose.	Percentual	2021	80,00	97,24	97,24	Percentual	97,20	99,96
Ação Nº 1 - Garantir os testes rápidos de HIV na UBS.									
Ação Nº 2 - Realizar monitoramento junto a Coordenação Municipal de Tuberculose quanto a realização do exame anti-HIV nos casos de tuberculose.									
Ação Nº 3 - Fortalecer as ações da atenção básica junto aos laboratórios e equipes da rede de atenção básica									
21. Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos população feminina na faixa.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	Razão	2021	0,29	0,30	0,30	Razão	0,28	93,33
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa de mulheres nessa faixa etária dentro da área de cobertura.									
Ação Nº 2 - Realizar campanha março lilás e outubro rosa, afim de sensibilizar a população sobre a prevenção do câncer.									
Ação Nº 3 - Garantir atendimento em horário estendido em 05 Unidades Básicas de Saúde.									
Ação Nº 4 - Promover ações extra muro para realização da coleta do citopatológico em áreas descobertas.									
Ação Nº 5 - Realizar capacitação dos profissionais de saúde acerca das técnicas de coleta e acondicionamento do material citopatológico.									
22. Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade. População feminina na faixa.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente.	Razão	2021	0,07	0,30	0,30	Razão	0,04	13,33
Ação Nº 1 - Realizar acompanhamento através do SIA/SUS quadrimestralmente, referente a razão de exames mamografia em mulheres de 50 a 69 anos na população residente.									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa das mulheres nessa faixa etária para exame clínico e solicitação de mamografia.									
Ação Nº 3 - Promover ações extra muro em áreas descobertas, buscando o público feminino na faixa etária para realização do exame.									
Ação Nº 4 - Realizar fluxo de solicitação de mamografia de rastreio pelo profissional enfermeiro na Atenção Básica.									
Ação Nº 5 - Realizar Campanha Outubro Rosa.									
23. Ampliar a oferta de exames (teste rápido) de PSA para homens acima de 45 anos mais.	Taxa de exames realizados em homens acima de 45 anos.	Percentual	2021	60,00	95,00	95,00	Percentual	39,13	41,19
Ação Nº 1 - Promover o levantamento de dados via Data SUS.									
Ação Nº 2 - Realizar ações noturnas em parceria com a coordenação extra muro para atendimento desse publico na campanha Novembro Azul.									
Ação Nº 3 - Quantificar os homens acompanhados pela ESF das Unidades Básicas de Saúde através da busca ativa dos sistemas E-SUS/PEC/CDS.									
Ação Nº 4 - Realizar ações noturnas em parceria com a coordenação extra muro para atendimento desse publico na campanha Novembro Azul.									
24. Ampliar o percentual de parto normal.	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar.	Percentual	2021	53,70	65,00	65,00	Percentual	35,60	54,77
Ação Nº 1 - Realizar capacitação dos aos profissionais de saúde acerca da importância e benefícios da realização do parto normal.									
Ação Nº 2 - Reforçar junto aos profissionais de saúde a importância do encaminhamento das gestantes ao Projeto Acolher realizado no HMI.									
Ação Nº 3 - Realizar ações de sensibilização dos benefícios e indicações do parto normal às gestantes durante o pré natal.									
25. Contratualizar prestadores de serviços do SUS.	Prestadores contratualizados.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Encaminhar levantamento de necessidades para o setor de controle e avaliação.									
26. Reduzir os casos de transmissão vertical da sífilis congênita em menor que 1 ano.	Número de casos novos de sífilis congênita em menor que 1 ano de idade em relação ao número de casos de sífilis em gestante.	Número	2021	102	98	98	Número	66,00	67,35
Ação Nº 1 - Palestra de sensibilização através das unidades básicas e escolas pactuadas com PSE.									
Ação Nº 2 - Garantir a oferta do preservativo nas unidades básicas de saúde.									
Ação Nº 3 - Garantir o medicamento para o tratamento da sífilis nas UBS.									

Ação Nº 4 - Capacitação da rede de saúde sobre o diagnóstico, tratamento e monitoramento da sífilis em gestantes e parceiros.									
Ação Nº 5 - Promoção de ações de saúde e conscientização acerca da sífilis congênita.									
Ação Nº 6 - Monitorar o número de casos de sífilis congênita registrados junto a Vigilância Epidemiológica.									
Ação Nº 7 - Ofertar o teste rápido de Sífilis, para identificação precoce.									
27. Promover a coleta de exames laboratoriais nas comunidades rurais.	Coletas de exames realizadas.	Número	2021	0	96	Não programada	Número		
28. Implantar a Política de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência.	Política Implantada.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implementar Ações junto a todos os órgãos competentes.									
Ação Nº 2 - Articulação junto ao departamento do DMTU afim de promover ações educativas no trânsito.									
Ação Nº 3 - Meta prevista para 2022, contudo não foi alcançada.									
29. Garantir a testagem para HBV e HCV da gestante.	Testagem garantida de HBV e HCV para gestante.	Percentual	2021	0,00	100,00	100,00	Percentual	71,60	71,60
Ação Nº 1 - Atualização da rede sobre o fluxo de atendimento das Hepatites virais conforme protocolo clinico e diretrizes terapêuticas.									
Ação Nº 2 - Orientar e acompanhar a Atenção Básica quanto a garantia de realização de testagem para HBV e HCV nas UBS para gestantes e parceiros conforme área de abrangência e de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Coordenação Estadual de Hepatites.									
30. Garantir monitoramento das crianças expostas a hepatite B e Hepatite C reagentes.	Garantir monitoramento.	Percentual	2021	0,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Compartilhar com Atenção Básica o monitoramento de crianças expostas as hepatites virais, de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Coordenação Estadual de Hepatites.									

OBJETIVO Nº 3 .2 - Objetivo 2 : Implementar a Linha de Cuidado do Paciente com COVID 19.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Monitorar a evolução de casos confirmados de Covid-19.	Número de casos confirmados monitorados.	Percentual	2021	0,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar digitação das notificações em tempo oportuno.									
Ação Nº 2 - Realizar a análise diária das fichas de notificações dos casos notificados.									
2. Alcançar cobertura vacinal (esquema completo) contra COVID 19.	Percentual de pacientes imunizados contra o COVID 19.	Percentual	2021	0,00	95,00	95,00	Percentual	0,45	0,47
Ação Nº 1 - Realizar campanha de sensibilização da importância da vacinação.									
Ação Nº 2 - Realizar ações extra muro.									
Ação Nº 3 - Realizar atendimentos em horários estendidos em 05 unidades de saúde.									
Ação Nº 4 - Realizar ações extra muro em instituições públicas e privadas.									
Ação Nº 5 - Realizar parceria juntamente com PSE para imunização nas escolas.									

DIRETRIZ Nº 4 - Diretriz 4 : Garantia de acesso à Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 4 .1 - Ampliar e qualificar a gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Ampliar e equipar a Farmácia do Centro de Especialidade Médica (CEI).	Número de Farmácia do CEI Ampliada/equipada.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
2. Implantar farmácias Polo nos núcleos municipais.	Número de farmácia Polo implantadas.	Número	2021	0	7	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Providenciar projeto arquitetônico para ampliação/adequação do espaço físico das UBS nas quais as farmácias serão implantadas.									
Ação Nº 2 - Iniciar processo licitatório para contratação das empresas para realização das obras.									
Ação Nº 3 - Iniciar processo licitatório para os equipamentos e mobílias necessárias.									
Ação Nº 4 - Solicitar contratação de profissionais para atuação nas farmácias.									
3. Ampliar a implantação do Sistema Hórus nas farmácias municipais.	Número de farmácias com sistema Hórus implantadas.	Número	2021	1	7	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Verificar necessidade de aquisição de computadores e periféricos.									
Ação Nº 2 - Capacitar equipe para operar o Sistema Hórus.									
Ação Nº 3 - Das sete Farmácias, previstas no Plano de Saúde, para ser ampliado com a implantação do sistema Hórus, houve em 2023 a ampliação de 3 Farmácias com sistema implantado.									
4. Garantir abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde pública municipal.	Unidades de saúde abastecidas.	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	70,00	70,00
Ação Nº 1 - Acompanhar o processo licitatório para evitar faltas de medicações necessárias.									
Ação Nº 2 - Estabelecer planilhas de acompanhamento das medicações em almoxarifado.									
Ação Nº 3 - Manter os estoques físicos alinhados com estoque do sistema Hórus.									

DIRETRIZ Nº 5 - Diretriz 5 : Contribuição para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde.

OBJETIVO Nº 5 .1 - Fortalecer a gestão de pessoas e educação em saúde.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Criar Núcleo de Educação Permanente - NEP, para capacitação dos servidores da SMS.	Núcleo criado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
2. Adquirir sistema para controle de RH da SMS.	Sistema adquirido.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Criar sistema para sistematização de dados.									
Ação Nº 2 - Levantar o número de servidores, tipos de vínculos, processos manuais existentes e dificuldades encontradas									
Ação Nº 3 - Realizar treinamento dos servidores responsáveis pelo manuseio do sistema									
3. Criar Núcleo de Tecnologia da Informação.	Núcleo de TI criado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
4. Realizar concurso público.	Concurso público realizado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
5. Realizar Processo Seletivo Simplificado - PSS, para situações emergenciais.	PSS realizado.	Número	2021	0	8	3	Número	2,00	66,67
Ação Nº 1 - Realizar o levantamento das necessidades para Processo Seletivo Simplificado- PSS junto as diretorias.									
Ação Nº 2 - Instituir comissão para viabilização e definição das funções dos membros que irão compor a comissão de avaliação do PSS									
Ação Nº 3 - Adquirir Autorização Administrativa (autoridade competente) e Jurídica (parecer jurídico e verificação de compatibilidade orçamentária e financeira)									
6. Realizar Processo Seletivo Público - PSP.	PSP realizado.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar para as diretorias, levantamento das necessidades para Processo Seletivo Público- PSP.									
Ação Nº 2 - Instituir comissão para viabilização do PSP.									
Ação Nº 3 - Adquirir Autorização Administrativa (autoridade competente) e Jurídica (parecer jurídico)									
Ação Nº 4 - Aquisição de licitação para contratação de banca organizadora por meio de processo licitatório (ou dispensa, conforme legislação vigente)									
7. Criar Junta Médica junto ao DRH/SMS.	Junta Médica criada.	Número	2021	0	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Solicitar atualização do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho- LTCAT.									
Ação Nº 2 - Instituir a Junta Médica Oficial através de Decreto Municipal									
8. Criar e aprovar o PCCR	PCCR aprovado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		

DIRETRIZ Nº 6 - Diretriz 6 : Aperfeiçoamento e modernização da Gestão Municipal de Saúde.

OBJETIVO Nº 6 .1 - Fortalecer a atuação da gestão municipal de saúde, com ênfase nas ações de apoio administrativo, planejamento, participação e controle social.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Realizar a reforma da Secretaria Municipal de Saúde.	SMS reformada.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Providenciar o projeto arquitetônico.									
Ação Nº 2 - Iniciar processo licitatório para contratação das empresas para realização da obra.									
2. Reforma o Prédio do Conselho Municipal de Saúde.	CMS reformado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
3. Reformar e ampliar Unidade de Saúde na Zona Urbana.	Número de reformas/ampliação das UBS zona urbana reformada.	Número	2021	11	3	14	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar levantamento das Unidades Básicas que necessitam de reformas e ampliações.									
Ação Nº 2 - Criar equipes exclusivas para realizar manutenção preventiva e corretiva na atenção básica (Zona Urbana e Rural).									

4. Reformar e ampliar Unidade de Saúde na Zona Rural.	Número de reformas/ampliação das UBS zona rural reformada.	Número	2021	0	2	11	Número	0	0
Ação Nº 1 - Criar equipes exclusivas para realizar manutenção preventiva e corretiva na atenção básica (Zona Urbana e Rural).									
Ação Nº 2 - Realizar levantamento das Unidades Básicas que necessitam de reformas e ampliações.									
5. Implantar Laboratório de Próteses- LRPD.	Número de Laboratório de próteses Implantada.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
6. Implantação do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas.	Número de CEO implantado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
7. Implantar Polos de Academia de Saúde.	Número de academia de saúde implantadas.	Número	2021	0	5	Não programada	Número		
8. Construir UBS Porte II – Zona Urbana.	Proporção de UBS Porte II construídas.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar levantamento/ estudo junto a SMS/ SEVOP, verificando a possibilidade de readaptação de prédio para construção de unidade porte II na zona urbana.									
9. Construir 01 UBS Porte I – Zona Rural.	Proporção de UBS Porte I construída.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
10. Construir um novo Pronto Socorro Municipal no HMM.	Novo Pronto socorro construído.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da Obra									
11. Reformar o Hospital Municipal de Marabá - HMM.	HMM reformado - administrativo, manutenção, laboratório, sala vermelha/UCE, clínica cirúrgica, clínica médica, centro cirúrgico, farmácia, serviço de nutrição, CME, pediatria, setor de regulação, ambulatório, pronto socorro, UTI, lavanderia, cozinha, banheiro servidores.	Percentual	2021	0,00	100,00	25,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Efetuar o Levantamento das novas necessidades considerando a construção do pronto socorro.									
Ação Nº 2 - Acompanhar e Fiscalizar a execução da obra.									
12. Construir um novo hospital municipal.	Hospital construído.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Iniciar o processo licitatório.									
13. Implantar central de gás GLP (liquefeito de petróleo) gás canalizado.	Número de ambientes contemplados com gás GLP canalizados.	Número	2021	0	2	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Estudo de viabilidade e projeto.									
Ação Nº 2 - Elaboração do projeto técnico.									
Ação Nº 3 - Aprovação legal de licenças.									
Ação Nº 4 - Realizar processo de licitação com fornecedor.									
Ação Nº 5 - Solicitar vistoria e liberação.									
14. Construir e equipar prédio do SAE/CTA.	Novo prédio do SAE/CTA construído.	Número	2021	0	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhar e fiscalizar da Obra.									
Ação Nº 2 - Fazer levantamento de equipamentos necessários para novo prédio em construção.									
15. Construir Laboratório no novo prédio do CRISMU.	Laboratório do Crismu construído.	Número	2021	1	1	Não programada	Número		
16. Construir centro municipal de Reabilitação modalidade II.	Centro de reabilitação construído.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 2 - Fazer levantamento da equipe multiprofissional necessária.									

Ação Nº 3 - Solicitar material permanente.									
17. Construir um novo Banco de Leite do Hospital Materno Infantil.	Novo Banco de Leite Construído.	Número	2021	1	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da Obra									
18. Ampliar leitos no Hospital Materno Infantil.	Leitos ampliados.	Número	2021	0	25	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Iniciar o processo licitatório.									
19. Ampliar lavanderia, central de esterilização, cozinha, setor de diagnóstico por imagem no HMI.	Número de ambientes do HMI ampliados.	Percentual	2021	4,00	100,00	50,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Iniciar o processo licitatório.									
20. Construir Ala pediátrica no HMI.	Ala pediátrica do HMI construída.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Iniciar o processo licitatório.									
21. Ampliar repouso técnico dos profissionais do HMI.	Repouso multiprofissional HMI ampliado (médico, téc. de enfermagem, ASG, agente administrativo, agente patrimonial, enfermeiro).	Percentual	2021	3,00	100,00	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Iniciar o processo licitatório.									
22. Adquirir ambulâncias para o TFD.	Ambulâncias adquiridas.	Número	2021	0	2	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Acompanhar Processo de aquisição									
23. Aprovisionar casa de apoio para o município de Belém PA.	Garantir hospedagem aos pacientes do TFD durante o período de seu tratamento no município citado anteriormente.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Locação de Imóvel.									
24. Aprovisionar casa de apoio para o município de Tucuruí PA.	Garantir hospedagem aos pacientes do TFD durante o período de seu tratamento no município citado anteriormente.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Realizar o estudo de viabilidade.									
Ação Nº 3 - Elaborar projeto arquitetônico.									
Ação Nº 4 - Locação de Imóvel.									

25. Construir prédio próprio de Vigilância em Saúde e Sanitária.	Prédio da VS construído.	Número	2021	1	1	Não programada	Número		
26. Reforma e Ampliação do prédio do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) Vigilância ambiental e endemias.	Prédio do CCZ ampliados e reformados.	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da Obra									
27. Adquirir 19 câmaras frias com gerador (13) Básica e (06) MAC.	Número de câmara frias adquiridas.	Número	2021	0	19	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar realização de licitação de câmaras frias.									
Ação Nº 2 - Meta prevista para 2022, contudo parcialmente alcançada, pois das 19 câmaras previstas, foram adquiridas 09 em 2022 e mais 07 em 2023, sendo todas destinadas para as UBS.									
28. Adquirir caminhão Baú refrigerado.	Número de caminhão Baú adquirido.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fazer o levantamento do impacto financeiro.									
Ação Nº 2 - Iniciar processo licitatório para aquisição.									
29. Implementar serviço de Ouvidoria nas UBS com identificação de placas.	Proporção de UBS com ouvidoria implantada e identificadas.	Número	2021	0	12	3	Número	5,00	166,67
Ação Nº 1 - Articular com a atenção básica para organizar fluxo da implementação de serviço.									
Ação Nº 2 - Fazer capacitação com as unidades de saúde.									
Ação Nº 3 - Realizar oficinas nas Unidades básicas de saúde.									
30. Fortalecer a Ouvidoria Municipal, aumentando 10% ao ano as demandas respondidas dentro do prazo.	Proporção de respostas dentro do prazo das demandas recebidas.	Percentual	2021	47,00	100,00	100,00	Percentual	94,03	94,03
Ação Nº 1 - Fazer levantamento mensal das demandas recebidas e respondidas.									
31. Adquirir 03 empilhadeiras elétrica , sendo 2 para almoxarifado e 1 no HMM.	Empilhadeiras elétricas adquiridas.	Número	2021	3	3	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Iniciar e acompanhar o Processo licitatório									
32. Aquisição de balanças Industrial com software.	Balanças industriais adquiridas.	Número	2021	0	1	2	Número	0	0
Ação Nº 1 - Iniciar e acompanhar o Processo licitatório									
33. Informatizar as Unidades Básicas de Saúde.	Número de unidades informatizadas.	Número	2021	11	16	5	Número	2,00	40,00
Ação Nº 1 - Acompanhar o processo de infra estrutura de informatização das unidades básicas.									
Ação Nº 2 - Solicitar realização de licitação de equipamentos de informática.									
34. Solicitar isolamento acústico para sala de gravação de vídeo-aula na Escola da Saúde EAD (Centro de especialidades Integradas-CEI).	Isolamento acústico realizado.	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
35. Monitorar o acesso dos médicos generalistas da Atenção Básica na Plataforma Escola da Saúde EAD.	Monitoramento realizado.	Percentual	2021	40,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Emitir relatórios mensais na plataforma.									
Ação Nº 2 - Enviar relatório para diretoria de Atenção Básica e coordenação de Estratégia Saúde da Família.									
36. Implantar serviço de Microbiologia.	Microbiologia implantado.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar Cabine de Segurança Biológica Nível III.									
Ação Nº 2 - Fazer levantamento de material técnico para microbiologia.									

37. Ampliar o LACEM, sala microbiologia, banheiro servidor, auditório para reuniões e capacitações.	Ampliação realizada.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Solicitar à SEVOP, para instituir o projeto com as devidas necessidades da implantação e ampliação.									
Ação Nº 2 - Solicitar à vigilância sanitária para analisar e padronizar de acordo com as normas exigidas.									
38. Garantir capacitação anual aos conselheiros municipais de saúde.	Capacitações garantidas.	Número	2021	0	8	2	Número	3,00	150,00
Ação Nº 1 - Promover capacitação no Município de Marabá									
39. Construir CAPS infantil.	CAPS infantil construído.	Número	2021	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Levantamento e Analise do impacto financeiro									
Ação Nº 2 - Elaborar Projeto de acordo com as diretrizes da portaria 336/2012									
Ação Nº 3 - Iniciar e acompanhar o Processo licitatório									
40. Apresentar o Plano Municipal de Saúde (PMS) Programação Anual de Saúde (PAS) Relatórios Detalhados dos Quadrimestre anteriores (QDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) no respectivo ano ao Conselho Municipal de Saúde.	Instrumentos de gestão enviados.	Número	2021	4	17	4	Número	1,00	25,00
Ação Nº 1 - Enviar, via sistema DIGISUS, intrumentos de gestão para análise e parecer do Conselho Municipal de Saúde									
Ação Nº 2 - Solicitar audiência pública para apresentação dos Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão									
Ação Nº 3 - Enviar, via Sistema SEI e impresso a Programação Anual de Saúde para análise e parecer do Conselho Municipal de Saúde									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Realizar a reforma da Secretaria Municipal de Saúde.	1	0
	Adquirir sistema para controle de RH da SMS.	1	0
	Realizar Processo Seletivo Simplificado - PSS, para situações emergenciais.	3	2
	Realizar Processo Seletivo Público - PSP.	1	0
	Criar Junta Médica junto ao DRH/SMS.	1	1
	Adquirir 19 câmaras frias com gerador (13) Básica e (06) MAC.	0	0
	Adquirir caminhão Baú refrigerado.	1	0
	Implementar serviço de Ouvidoria nas UBS com identificação de placas.	3	5
	Fortalecer a Ouvidoria Municipal, aumentando 10% ao ano as demandas respondidas dentro do prazo.	100,00	94,03
	Adquirir 03 empilhadeiras elétrica , sendo 2 para almoxarifado e 1 no HMM.	3	0
	Aquisição de balanças Industrial com software.	2	0
	Garantir capacitação anual aos conselheiros municipais de saúde.	2	3
	Construir CAPS infantil.	1	0
	Apresentar o Plano Municipal de Saúde (PMS) Programação Anual de Saúde (PAS) Relatórios Detalhados dos Quadrimestre anteriores (QDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) no respectivo ano ao Conselho Municipal de Saúde.	4	1
301 - Atenção Básica	Ampliar o número de Equipes da Atenção Primária (EAP) .	4	0
	Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família (ESF).	5	4
	Alcançar cobertura vacinal (esquema completo) contra COVID 19.	95,00	0,45
	Ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde nas equipes de Atenção Básica.	60	0
	Reformar e ampliar Unidade de Saúde na Zona Urbana.	14	0
	Ampliar a cobertura de Saúde Bucal.	55,00	19,40

	Reformar e ampliar Unidade de Saúde na Zona Rural.	11	0
	Garantir abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde pública municipal.	100,00	70,00
	Promover a ampliação do número de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas prénatal realizadas, sendo a1ª até a 12ª semana de gestação.	45,00	75,72
	Promover o aumento do número de gestantes com sorologia solicitada e avaliada ou teste rápido realizado para HIV e Sífilis na Atenção Básica de Saúde.	66,00	100,00
	Promover e ampliar o número de gestantes para o atendimento odontológico na APS.	60,00	48,41
	Monitorar a obesidade materna.	40,00	1,11
	Construir UBS Porte II – Zona Urbana.	1	0
	Implantar o protocolo de preenchimento de fichas do SISVAN nas Unidades Básicas de Saúde.	1	23
	Monitorar a obesidade Infantil em menor de 2 anos.	40,00	15,09
	Monitorar a desnutrição infantil em menor de 2 anos.	40,00	17,09
	Monitorar crianças com até 6 meses em Aleitamento Materno Exclusivo (AME).	40,00	65,69
	Ampliar a cobertura de coleta de exames citopatológicos, na faixa etária de 25 a 64 anos.	40,00	70,00
	Ampliar o número de consultas e solicitação do exame de hemoglobina glicada de pessoas com diabetes Mellitus(DM), na APS nos últimos 6 meses.	50,00	65,87
	Promover a implantação do Acompanhamento no Pré - Natal Pai/Parceiro.	55,00	47,46
	Monitorar o processo de planejamento familiar desde a Atenção Básica, até a Média Complexidade.	95,00	19,14
	Realizar ações extramuros na zona urbana.	177	312
	Realizar ações extramuros na zona rural.	102	83
	Ampliar o número de escolas pactuadas para atendimento do PSE.	16	13
	Ampliar o número de Unidades Básicas de Saúde com o Programa Nacional de Combate do Tabagismo - PNCT.	5	6
	Promover a ampliação e acompanhamento do número de pessoas com hipertensão arterial, com consulta em hipertensão arterial e aferição de PA nos últimos 6 meses.	50,00	75,57
	Ampliar o número de unidades de saúde com o prontuário eletrônico do cidadão - PEC implantado.	3	1
	Ampliar o número de equipes de Atenção Primária Prisional.	1	0
	Implementar a Politica Nacional de Saúde do Idoso.	1	1
	Implementar a Politica Nacional de Saúde do Homem.	1	1
	Implementar o Programa Municipal Porta a Porta.	1	1
	Informatizar as Unidades Básicas de Saúde.	5	2
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Manter a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU– 192).	80,00	80,00
	Implantar farmácias Polo nos núcleos municipais.	3	0
	Construção de base descentralizada de unidade suporte básico de vida no núcleo Laranjeiras/Liberdade.	1	0
	Ampliar a implantação do Sistema Hórus nas farmácias municipais.	3	0
	Garantir abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde pública municipal.	100,00	70,00
	Ampliar o número de leitos.	0,86	0,63
	Ampliação do serviço de radiofonia para municípios cobertos pela CRRU Carajás.	4	0
	Implantar o programa de residência em saúde.	1	0
	Construir um novo Pronto Socorro Municipal no HMM.	1	0
	Renovação de frota de ambulâncias SAMU	4	0
	Reformar o Hospital Municipal de Marabá - HMM.	25,00	0,00
	Redução de internações por condições sensíveis à Atenção básica.	20,00	24,63
	Construir um novo hospital municipal.	1	0
	Reforma e ampliação do CAPS II existente para habilitação em CAPS III.	1	0
	Implantar central de gás GLP (liquefeito de petróleo) gás canalizado.	1	0
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica.	100,00	100,00
	Construir e equipar prédio do SAE/CTA.	1	1

	Reforma da Ala Psicossocial do HMM.	1	0
	Construir centro municipal de Reabilitação modalidade II.	1	0
	Construção da Ala Psicossocial do HMM.	1	0
	Construir um novo Banco de Leite do Hospital Materno Infantil.	1	0
	Habilitar AMENT (Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental).	1	0
	Ampliar leitos no Hospital Materno Infantil.	1	0
	Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).	6,26	4,55
	Ampliar lavanderia, central de esterilização, cozinha, setor de diagnóstico por imagem no HMI.	50,00	0,00
	Garantir a realização de exames anti - HIV nos casos novos de tuberculose.	97,24	97,20
	Construir Ala pediátrica no HMI.	1	0
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame citopatológico a cada três anos população feminina na faixa.	0,30	0,28
	Ampliar repouso técnico dos profissionais do HMI.	0,00	0,00
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade. População feminina na faixa.	0,30	0,04
	Adquirir ambulâncias para o TFD.	3	0
	Ampliar a oferta de exames (teste rápido) de PSA para homens acima de 45 anos mais.	95,00	39,13
	Aprovisionar casa de apoio para o município de Belém PA.	1	0
	Ampliar o percentual de parto normal.	65,00	35,60
	Aprovisionar casa de apoio para o município de Tucuruí PA.	1	0
	Contratualizar prestadores de serviços do SUS.	100,00	100,00
	Reduzir os casos de transmissão vertical da sífilis congênita em menor que 1 ano.	98	66
	Implantar a Política de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência.	1	0
	Garantir a testagem para HBV e HCV da gestante.	100,00	71,60
	Garantir monitoramento das crianças expostas a hepatite B e Hepatite C reagentes.	100,00	100,00
	Monitorar o acesso dos médicos generalistas da Atenção Básica na Plataforma Escola da Saúde EAD.	100,00	0,00
	Implantar serviço de Microbiologia.	1	0
	Ampliar o LACEM, sala microbiologia, banheiro servidor, auditório para reuniões e capacitações.	1	0
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Garantir abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde pública municipal.	100,00	70,00
304 - Vigilância Sanitária	Realizar as inspeções conforme pactuado na Programação Anual da Vigilância Sanitária.	100,00	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	150,00	72,19
	Monitorar a evolução de casos confirmados de Covid-19.	100,00	100,00
	Encerrar as doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (SINAN), em até 60 dias a partir da data de notificação.	100,00	100,00
	Manter cura dos casos de hanseníase diagnosticada nos anos das coortes, assegurando a adesão até a alta.	93,00	95,00
	Monitorar o número de casos novos de tuberculose pulmonar.	86,00	62,40
	Reduzir o número de casos autóctones de malária.	0	0
	Reduzir o número de casos de AIDS em menores de 5 anos.	0	4
	Executar ações de apoio ao controle de qualidade de água para consumo humano.	100,00	100,00
	Aumentar o conjunto de imóveis localizados em áreas infestadas pelo vetor e o quantitativo que realmente foi visitado pelos agentes de controle de endemias, preferencialmente em articulação com os agentes comunitários de saúde, em cada ciclo.	6	0
	Ampliar na Unidade de Saúde o preenchimento do campo- ocupação, nas notificações de agravos no SINAN relacionadas ao trabalho.	100,00	100,00
	Ampliar a investigação dos óbitos em mulheres em idade fértil (MIF).	100,00	47,00
	Ampliar o registro de óbitos com causa básica definida.	95,00	92,00

	Monitorar a tendência com o objetivo de reduzir a gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos.	12,00	17,39
	Reduzir a taxa da mortalidade infantil municipal.	10,00	16,70
	Implantar o monitoramento das notificações de violência doméstica, sexual e outras violências.	100,00	24,00
	Avaliar o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto.	0	5
	Reduzir o número absoluto de óbitos por dengue.	0	1
	Aumentar o número de crianças que completaram 12 meses de idade, no quadrimestre avaliado, com 3ª doses aplicadas de poliomielite inativada e pentavalente ou (caso excepcional descrito na ficha de qualificação).	95,00	0,00
	Aumentar a cobertura vacinal em idosos.	90,00	14,64
	Realizar o matriciamento em saúde do trabalhador com a RAS,	165	201
	Implantar serviço de castração móvel.	1	0
	Realizar campanha antirrábica anual preconizada pelo Ministério da Saúde.	1	1
	Ampliar número de exames da leishmaniose visceral canina -LVC pra cães.	1.800	607
	Ampliar o número de Castrações de cães e gatos.	1.600	623
	Reforma e Ampliação do prédio do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) Vigilância ambiental e endemias.	1	1
	Garantir a investigação de casos de agressão de morcegos ao homem.	5	0
	Garantir o atendimento de denúncias de animais Sinantrópicas.	36	1
	Garantir a captura de animais errantes através da carrocinha.	147	85
	Ampliar as ações de monitoramento sobre doenças causadas por agrotóxicos.	6	2
	Ampliar visitas e controle dos PEs (Pontos Estratégicos) por ciclo.	100,00	28,91
	Ampliar as visitas de Agentes de Combate a Endemias - ACE preconizadas por ciclo.	80,00	2,75
	Reduzir o número de casos Leishmaniose Visceral Humana.	20	4
	Vacinação da gestante hepatite B.	100,00	100,00
306 - Alimentação e Nutrição	Monitorar a obesidade Infantil em menor de 2 anos.	40,00	15,09
	Monitorar a desnutrição infantil em menor de 2 anos.	40,00	17,09
	Monitorar crianças com até 6 meses em Aleitamento Materno Exclusivo (AME).	40,00	65,69

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	2.000.808,26	22.196.618,24	0,00	0,00	9.641.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	35.838.426,50
	Capital	0,00	601.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	57.766.096,54	44.132.399,05	426.100,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	102.424.595,59
	Capital	0,00	411.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	155.702.334,01	54.572.701,40	3.936.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00	214.211.584,81
	Capital	0,00	4.225.230,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225.230,50
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	2.304.200,01	2.541.200,00	701.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.546.400,01
	Capital	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	5.941.970,28	314.532,77	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.269.503,05
	Capital	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	4.494.192,17	2.800.504,73	39.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	7.433.696,90
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	1.005.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.107.000,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 11/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Atenção Primária

Na Atenção Primária à Saúde, o RAG 2025 demonstra resultados positivos em diversos indicadores estratégicos, evidenciando a relevância da APS na coordenação do cuidado, com foco na promoção da saúde e na prevenção de agravos. Destaca-se o acompanhamento contínuo dos usuários vinculados às Estratégias de Saúde da Família, aliado à realização de ações extramuros em áreas descobertas ou em situação de vulnerabilidade, favorecendo o acesso de grupos prioritários, como crianças, especialmente no que se refere à vacinação, gestantes, idosos e pessoas com doenças crônicas.

Essas ações fortalecem o vínculo entre as equipes de Atenção Primária e a população, contribuindo, consequentemente, para a melhoria dos indicadores de cofinanciamento. As atividades extramuros passaram a contar com o reforço de 3 Unidades Móveis, sendo 1(uma) destinada a consultas e vacinação e 2 (duas) voltadas para procedimentos odontológicos. Dessa forma, as ações e os serviços de saúde na Atenção Básica foram ampliados, contribuindo para um atendimento mais digno e resolutivo, especialmente nos bairros mais afastados e na extensa zona rural do município.

Observa-se ampliação significativa do acesso e da qualidade do pré-natal, com elevado percentual de gestantes realizando o número adequado de consultas e a testagem para HIV e sífilis, demonstrando a efetividade das ações de captação precoce. Também se evidencia desempenho satisfatório em indicadores como a realização de exames citopatológicos e o acompanhamento de pessoas com doenças crônicas, como diabetes mellitus, refletindo a capacidade da APS de atuar de forma preventiva e resolutiva.

Outro aspecto relevante é a atuação territorial da Atenção Primária, com destaque para a busca ativa e as ações de educação em saúde desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais, tendo o Agente Comunitário de Saúde como protagonista na ampliação do acesso e na qualificação do cuidado, promovendo maior equidade na atenção à saúde.

Além dos avanços observados, destaca-se também o investimento contínuo na qualificação dos profissionais por meio de inúmeras ações de Educação Permanente em Saúde desenvolvidas na Atenção Primária. Foram realizadas capacitações regulares abordando temas estratégicos, como manejo de doenças crônicas, saúde materno-infantil, imunização, acolhimento e humanização do atendimento, entre outros. Essas iniciativas fortalecem as competências técnicas e operacionais das equipes, promovem a atualização constante frente às diretrizes do SUS e contribuem para a melhoria da qualidade do cuidado ofertado à população.

De forma geral, os dados indicam que a Atenção Primária à Saúde no município apresenta forte capacidade operacional, cobertura assistencial relevante e desempenha papel estratégico na organização do sistema de saúde.

Vigilância em Saúde

A análise dos dados de vigilância em saúde do município de Marabá evidencia um conjunto consistente de aspectos positivos relacionados à organização e à capacidade operacional da gestão. Observa-se, inicialmente, uma redução significativa da mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis, indicando efetividade das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e manejo clínico dessas condições no âmbito da rede de atenção.

Destaca-se também o desempenho satisfatório no controle da hanseníase, com taxa de cura superior à meta estabelecida, o que reflete adequada condução das ações de vigilância, diagnóstico e acompanhamento dos casos. De forma semelhante, a manutenção da malária autóctone em nível zero demonstra controle eficiente da transmissão local e efetividade das estratégias de vigilância epidemiológica.

No campo da imunização, ressalta-se a plena cobertura vacinal de gestantes contra hepatite B, evidenciando capacidade de organização e execução das ações voltadas a grupos prioritários.

Outro aspecto relevante refere-se ao desempenho integral das ações de vigilância sanitária e do monitoramento da qualidade da água, com alcance total das metas previstas, demonstrando conformidade normativa e adequada execução dos processos regulatórios.

No âmbito do Centro de Controle de Zoonoses, a Secretaria de Saúde intensificou as ações de manejo populacional de cães e gatos, com o apoio de uma unidade móvel denominada ¿Castramóvel¿, o veículo irá atuar de forma itinerante nos bairros, com cronograma definido a partir de levantamentos das áreas que apresentam maior necessidade de atendimento.

Por fim, destaca-se o fortalecimento da vigilância em saúde, como a implantação de dispositivos institucionais voltados à resposta a emergências e à saúde do trabalhador, bem como a manutenção das ações de vigilância de doenças de notificação compulsória, evidenciando capacidade técnica e organizacional da gestão.

Média e Alta Complexidade

Na Diretriz 3, evidencia-se avanços relevantes no fortalecimento da gestão e na organização da Rede de Atenção à Saúde, especialmente no âmbito da média e alta complexidade, ao longo do exercício de 2025.

Destaca-se a capacidade de execução de metas estratégicas, já no primeiro quadrimestre, demonstrando alinhamento entre o planejamento e a operacionalização das ações. Ao longo do período, observa-se a continuidade de iniciativas estruturantes voltadas à qualificação da rede assistencial, com ênfase na ampliação da capacidade instalada, como a expansão de leitos em unidade de cuidados especiais, contribuindo para o aumento da resolutividade dos serviços hospitalares.

Ressalta-se o avanço no desenvolvimento de projetos estruturantes, como a construção do novo Pronto Socorro do Hospital Municipal de Marabá, evidenciando planejamento estratégico orientado à ampliação e qualificação da oferta de serviços especializados, com foco na integralidade do cuidado.

No campo da qualificação da atenção, destacam-se os esforços conjuntos voltados ao fortalecimento da política de redução da mortalidade materna e infantil, especialmente por meio das ações e serviços ofertados pelo Hospital Materno Infantil de Marabá à população. Tais iniciativas articulam-se com outros pontos de atenção da rede, com destaque para o cuidado pré-natal realizado na Atenção Primária à Saúde, evidenciando a integração entre os níveis assistenciais e o compromisso com a melhoria dos desfechos materno-infantis.

Outro importante avanço na área da saúde foi a implantação da unidade móvel oftalmológica. A iniciativa prevê o atendimento de crianças nas escolas, por meio da realização de consultas e procedimentos, considerando que muitas apresentam dificuldades de aprendizagem associadas a problemas de visão. Trata-se de um passo significativo para aproximar os serviços de saúde da comunidade e promover o cuidado integral. Adicionalmente, a unidade oftalmológica também realizará atendimentos de média e alta complexidade, ampliando o acesso da população a serviços especializados.

Observa-se, ainda, impacto positivo em indicadores assistenciais específicos, com períodos sem registro de óbitos para determinadas condições, refletindo avanços no monitoramento clínico e na qualidade da assistência.

De forma geral, a Diretriz 3 demonstra fortalecimento progressivo da rede de média e alta complexidade, avanço na implementação de projetos estruturantes, ampliação da capacidade instalada e melhoria na integração dos serviços, consolidando bases importantes para o aprimoramento contínuo do sistema municipal de saúde.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 11/04/2026.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		**Recursos Ordinários - Fonte Livre**	**Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde**	**Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal**	**Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual**	**Transferências de Convênios destinadas à Saúde**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde**	**Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020**	**Royalties do Petróleo destinados à Saúde**	**Outros Recursos Destinados à Saúde**	**TOTAL**
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	55.743.013,23	31.889.804,27	10.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.643.487,50
	Capital	0,00	2.928.475,14	6.368,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.934.843,74
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	173.267.882,38	46.941.481,40	4.040.399,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.249.763,31
	Capital	261.300,00	19.139.511,03	214.072,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.614.883,93
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	3.672.616,06	2.865.209,91	1.148.868,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.686.694,43
	Capital	0,00	2.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.440,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	5.163.601,45	111.227,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.274.829,13
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	1.781.144,02	3.927.860,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.709.004,23
	Capital	0,00	661.932,00	40.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.362,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	2.091.168,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.091.168,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	34.258.845,90	311.833,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.570.679,14
	Capital	0,00	1.040.145,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.040.145,25
TOTAL		261.300,00	299.750.774,46	86.308.288,21	5.199.937,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.520.300,66
(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde											

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 08/04/2026.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		**Transmissão**
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	15,17 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	60,54 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	6,98 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	95,30 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	18,07 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	38,28 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R$ 1.345,55
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	52,71 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	6,72 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	19,13 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	6,21 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	25,44 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	31,19 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 08/04/2026.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	308.160.100,00	308.160.100,00	341.407.819,00	110,79

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	14.235.100,00	14.235.100,00	16.223.421,66	113,97
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.825.000,00	5.825.000,00	7.740.467,07	132,88
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.100.000,00	220.100.000,00	244.157.530,17	110,93
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	68.000.000,00	68.000.000,00	73.286.400,10	107,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	494.600.000,00	494.600.000,00	520.131.125,67	105,16
Cota-Parte FPM	157.000.000,00	157.000.000,00	157.174.324,23	100,11
Cota-Parte ITR	800.000,00	800.000,00	2.193.960,88	274,25
Cota-Parte do IPVA	48.000.000,00	48.000.000,00	43.551.871,60	90,73
Cota-Parte do ICMS	282.800.000,00	282.800.000,00	309.806.390,12	109,55
Cota-Parte do IPI - Exportação	6.000.000,00	6.000.000,00	7.404.578,84	123,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	802.760.100,00	802.760.100,00	861.538.944,67	107,32

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	64.049.454,99	65.477.647,40	58.671.488,37	89,61	54.716.420,23	83,57	54.458.703,95	83,17	3.955.068,14
Despesas Correntes	63.637.454,99	62.534.775,26	55.743.013,23	89,14	54.309.837,09	86,85	54.102.010,81	86,52	1.433.176,14
Despesas de Capital	412.000,00	2.942.872,14	2.928.475,14	99,51	406.583,14	13,82	356.693,14	12,12	2.521.892,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	150.265.160,81	213.065.001,95	192.407.393,41	90,30	168.825.084,36	79,24	165.980.466,75	77,90	23.582.309,05
Despesas Correntes	146.039.930,31	193.899.290,92	173.267.882,38	89,36	162.501.138,82	83,81	161.764.540,47	83,43	10.766.743,56
Despesas de Capital	4.225.230,50	19.165.711,03	19.139.511,03	99,86	6.323.945,54	33,00	4.215.926,28	22,00	12.815.565,49
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	2.306.200,01	3.980.998,15	3.675.056,06	92,31	3.065.942,69	77,01	3.017.476,73	75,80	609.113,37
Despesas Correntes	2.288.200,01	3.963.558,15	3.672.616,06	92,66	3.063.502,69	77,29	3.015.036,73	76,07	609.113,37
Despesas de Capital	18.000,00	17.440,00	2.440,00	13,99	2.440,00	13,99	2.440,00	13,99	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	6.273.699,94	5.247.280,45	5.163.601,45	98,41	5.137.717,39	97,91	5.127.829,22	97,72	25.884,06
Despesas Correntes	5.973.699,94	5.247.280,45	5.163.601,45	98,41	5.137.717,39	97,91	5.127.829,22	97,72	25.884,06
Despesas de Capital	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.549.945,56	2.460.036,87	2.443.076,02	99,31	1.733.022,02	70,45	1.696.435,46	68,96	710.054,00
Despesas Correntes	2.449.945,56	1.798.104,87	1.781.144,02	99,06	1.730.962,02	96,27	1.694.375,46	94,23	50.182,00
Despesas de Capital	100.000,00	661.932,00	661.932,00	100,00	2.060,00	0,31	2.060,00	0,31	659.872,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	1.005.000,00	2.092.168,00	2.091.168,00	99,95	1.940.548,00	92,75	1.933.068,00	92,40	150.620,00
Despesas Correntes	1.005.000,00	2.092.168,00	2.091.168,00	99,95	1.940.548,00	92,75	1.933.068,00	92,40	150.620,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	36.085.687,59	40.490.785,26	35.298.991,15	87,18	33.341.192,80	82,34	33.106.283,25	81,76	1.957.798,35
Despesas Correntes	35.384.687,59	38.449.640,01	34.258.845,90	89,10	32.817.499,55	85,35	32.582.590,00	84,74	1.441.346,35
Despesas de Capital	701.000,00	2.041.145,25	1.040.145,25	50,96	523.693,25	25,66	523.693,25	25,66	516.452,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	262.535.148,90	332.813.918,08	299.750.774,46	90,07	268.759.927,49	80,75	265.320.263,36	79,72	30.990.846,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	299.750.774,46	268.759.927,49	265.320.263,36

(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	30.990.846,97	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	268.759.927,49	268.759.927,49	265.320.263,36
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			129.230.841,70
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	139.529.085,79	139.529.085,79	136.089.421,66
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	31,19	31,19	30,79

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	129.230.841,70	268.759.927,49	139.529.085,79	34.430.511,10	30.990.846,97	0,00	0,00	34.430.511,10	0,00	170.519.932,76
Empenhos de 2024	113.830.706,42	264.758.096,98	150.927.390,56	0,00	3.469.938,13	0,00	0,00	0,00	0,00	154.397.328,69
Empenhos de 2023	110.181.398,93	255.383.872,74	145.202.473,81	0,00	4.493.528,02	0,00	0,00	0,00	0,00	149.696.001,83
Empenhos de 2022	109.627.379,36	222.106.754,31	112.479.374,95	0,00	3.956.777,37	0,00	0,00	0,00	0,00	116.436.152,32
Empenhos de 2021	84.064.549,48	125.473.558,43	41.409.008,95	0,00	2.003.492,36	0,00	0,00	0,00	0,00	43.412.501,31
Empenhos de 2020	60.430.841,36	138.891.738,94	78.460.897,58	0,00	1.349.022,24	0,00	0,00	0,00	0,00	79.809.919,82
Empenhos de 2019	65.061.955,51	141.352.754,29	76.290.798,78	0,00	1.352.868,58	0,00	0,00	0,00	0,00	77.643.667,36
Empenhos de 2018	58.304.779,00	125.470.648,62	67.165.869,62	0,00	18.072.541,75	0,00	0,00	0,00	0,00	85.238.411,37
Empenhos de 2017	53.675.051,76	94.781.794,29	41.106.742,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.106.742,53
Empenhos de 2016	48.270.281,40	96.045.798,82	47.775.517,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.775.517,42
Empenhos de 2015	48.121.969,08	81.466.719,21	33.344.750,13	0,00	4.503.454,38	0,00	0,00	0,00	0,00	37.848.204,51

Empenhos de 2014	47.826.716,04	82.242.667,14	34.415.951,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.415.951,10
Empenhos de 2013	43.362.151,97	60.407.292,66	17.045.140,69	0,00	7.550.793,39	0,00	0,00	0,00	0,00	24.595.934,08

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	106.798.730,82	106.798.730,82	99.596.774,82	93,26
Provenientes da União	104.109.556,12	104.109.556,12	94.913.957,26	91,17
Provenientes dos Estados	2.689.174,70	2.689.174,70	4.682.817,56	174,14
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	106.798.730,82	106.798.730,82	99.596.774,82	93,26

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	44.577.860,47	33.918.623,35	31.906.842,87	94,07	31.846.347,59	93,89	31.610.200,43	93,19	60.495,28
Despesas Correntes	44.186.853,21	33.831.247,49	31.900.474,27	94,29	31.839.978,99	94,11	31.603.831,83	93,42	60.495,28
Despesas de Capital	391.007,26	87.375,86	6.368,60	7,29	6.368,60	7,29	6.368,60	7,29	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	57.902.048,22	55.365.397,04	51.457.253,83	92,94	46.473.341,03	83,94	45.872.830,30	82,85	4.983.912,80
Despesas Correntes	56.588.619,18	53.941.095,10	50.981.880,93	94,51	45.997.968,13	85,27	45.448.163,40	84,26	4.983.912,80
Despesas de Capital	1.313.429,04	1.424.301,94	475.372,90	33,38	475.372,90	33,38	424.666,90	29,82	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	3.242.200,00	4.054.281,37	4.014.078,37	99,01	3.358.047,34	82,83	3.330.569,82	82,15	656.031,03
Despesas Correntes	3.240.200,00	4.054.281,37	4.014.078,37	99,01	3.358.047,34	82,83	3.330.569,82	82,15	656.031,03
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	427.646,80	241.227,68	111.227,68	46,11	111.227,68	46,11	110.122,08	45,65	0,00

Despesas Correntes	327.446,80	141.227,68	111.227,68	78,76	111.227,68	78,76	110.122,08	77,97	0,00
Despesas de Capital	100.200,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	2.883.246,61	3.995.486,68	3.968.290,21	99,32	3.900.971,82	97,63	3.863.695,62	96,70	67.318,39
Despesas Correntes	2.881.246,61	3.955.056,68	3.927.860,21	99,31	3.860.541,82	97,61	3.825.650,62	96,73	67.318,39
Despesas de Capital	2.000,00	40.430,00	40.430,00	100,00	40.430,00	100,00	38.045,00	94,10	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	348.772,28	311.833,24	311.833,24	100,00	311.833,24	100,00	290.896,03	93,29	0,00
Despesas Correntes	346.772,28	311.833,24	311.833,24	100,00	311.833,24	100,00	290.896,03	93,29	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	109.483.774,38	97.886.849,36	91.769.526,20	93,75	86.001.768,70	87,86	85.078.314,28	86,91	5.767.757,50

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	108.627.315,46	99.396.270,75	90.578.331,24	91,13	86.562.767,82	87,09	86.068.904,38	86,59	4.015.563,42
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	208.167.209,03	268.430.398,99	243.864.647,24	90,85	215.298.425,39	80,21	211.853.297,05	78,92	28.566.221,85
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	5.548.400,01	8.035.279,52	7.689.134,43	95,69	6.423.990,03	79,95	6.348.046,55	79,00	1.265.144,40
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	6.701.346,74	5.488.508,13	5.274.829,13	96,11	5.248.945,07	95,64	5.237.951,30	95,43	25.884,06
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	5.433.192,17	6.455.523,55	6.411.366,23	99,32	5.633.993,84	87,27	5.560.131,08	86,13	777.372,39
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	1.107.000,00	2.092.168,00	2.091.168,00	99,95	1.940.548,00	92,75	1.933.068,00	92,40	150.620,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	36.434.459,87	40.802.618,50	35.610.824,39	87,28	33.653.026,04	82,48	33.397.179,28	81,85	1.957.798,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	372.018.923,28	430.700.767,44	391.520.300,66	90,90	354.761.696,19	82,37	350.398.577,64	81,36	36.758.604,47
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	107.598.730,82	96.306.805,80	91.508.226,20	95,02	85.740.468,70	89,03	84.817.014,28	88,07	5.767.757,50
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	264.420.192,46	334.393.961,64	300.012.074,46	89,72	269.021.227,49	80,45	265.581.563,36	79,42	30.990.846,97

FONTE: SIOPS, Pará10/02/26 10:39:20
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2025 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10122512100UW - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	R$ 10.437.943,18	974470531,
	10301511900UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R$ 12.016.488,00	11638881,2
	103015119219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 15.846.441,54	15349966,8
	10301511921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - NACIONAL	R$ 313.961,25	R$ 0,00
	1030151192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 1.900.000,00	R$ 0,00
	1030251182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 6.590.007,00	R$ 0,00
	1030251188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 38.299.665,15	30543486,5
	10303511720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 2.299.122,99	2405816,21
	10303511720K5 - APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	R$ 159.919,80	R$ 0,00
	10304512320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 158.686,00	91205,39
	10305512300UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	R$ 2.061.444,00	1579914,40
	10305512320AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 2.298.445,68	2245251,59
	10305512320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 358.873,92	R$ 0,00
	10306513320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R$ 70.072,88	R$ 0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

Não há informações cadastradas para o período do Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária da saúde demonstra elevado nível de compromisso fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos, especialmente no cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 141/2012. O município aplicou 31,19% das receitas de impostos e transferências em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), percentual superior ao dobro do mínimo constitucional de 15%, evidenciando forte priorização dessa política pública.

Além disso, em 2025, o município recebeu, na modalidade fundo a fundo, uma média mensal de R$ 7.221.976,59, totalizando R$ 92.915.726,03 no exercício. Observa-se que os valores recebidos foram significativamente inferiores ao montante efetivamente investido em ASPS, que se manteve bem acima do mínimo exigido. Esse cenário reforça a solidez do financiamento do setor e demonstra o compromisso da gestão municipal com a ampliação e a melhoria dos serviços de saúde.

Outro indicador relevante é o gasto por habitante, que atingiu aproximadamente R$ 1.345,55 por pessoa, evidenciando capacidade de investimento consistente e alinhada à ampliação do acesso e à qualidade dos serviços de saúde.

Adicionalmente, a execução das despesas em saúde apresenta elevados níveis de empenho (90,90%) e de liquidação (82,37%), sinalizando boa capacidade de execução orçamentária e regularidade na prestação dos serviços.

No que se refere às emendas parlamentares, o município vem cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em conformidade com as exigências estabelecidas na ADPF 854. Conforme descrito no item 9.5 do Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar, foi realizado o monitoramento no Investsus, conforme as orientações do Ministério da Saúde, as emendas conforme tabela abaixo, estão sendo executadas a nível municipal.

Nº da Proposta	Tipo recurso	Tipo	Valor
36000667041202500	EMENDA	INCREMENTO MAC	R$ 338.000,00
36000712075202500	EMENDA	INCREMENTO MAC	R$ 401.000,00
36000667173202500	EMENDA	INCREMENTO PAP	R$ 1.900.000,00
36000708631202500	EMENDA	INCREMENTO MAC	R$ 5.851.007,00
36000722313202500	EMENDA	INCREMENTO MAC	R$ 4.041.894,00

10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Componente Estadual do SNA	-	HOSPITAL REGIONAL DO SUDESTE DO PARA DR GERALDO VELOSO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 11/04/2026.

Outras Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00007/2025	Secretária Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Municipal de Marabá-HMM	Apuração do quantitativo de exames que foram realizados no Hospital Municipal de Marabá-HMM, pela empresa Hospital Med, no período de 26/09 à 25/10/2024.	Concluído
Recomendações	Implementar diretrizes mais rigorosas para as solicitações de exames laboratoriais, com a devida atenção aos exames que devem ser solicitados de emergência e o que são para análise em ambulatório; Capacitação da equipe de saúde para evitar as solicitações, no setor de urgência e emergência, dos exames que podem ser direcionados para o ambulatório das unidades de saúde; Criar mecanismo para que seja registrado no sistema, horário e nome do profissional que avaliou os resultados dos exames solicitados e realizados pelo o laboratório; Estabelecer revisões internas regulares para avaliar a qualidade do atendimento e evitar despesas excessivas com exames que posem ser realizados ambulatorialmente.				
Encaminhamentos	Encaminhar este relatório, ao Secretário Municipal de Saúde para análise e providências cabíveis; Recomendar à gestão do Hospital Municipal de Marabá, a implementação, com a maior brevidade possível, de novos sistemas que ofereçam informações mais detalhadas e um modo de arquivamento mais seguro, conforme as melhorias sugeridas nas recomendações.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00002/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Centro de Atenção Psicossocial-CAPS III	Apurar possível violação de direitos referente a usuária Osmina Rosa da Silva, durante atendimento no Centro de Atenção	Concluído
Recomendações	Intensificação do acompanhamento da paciente; Acompanhamento rigoroso das medicações; Encaminhamento para outros serviços, se necessário; Atualização contínua dos prontuários; Reavaliação do diagnóstico e plano terapêutico.				
Encaminhamentos	Secretário Municipal de Saúde; Setor Jurídico da SMS; 10ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá. Com Parecer para o: CAPS				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00004/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil-HMI	Apurar possíveis irregularidades na sequência de atendimento médico. dispensado à usuária Vitória Gabriela Assunção Dias, no Hospital Materno Infantil-HMI	Concluído
Recomendações	Revisão dos protocolos de atendimento; Treinamento contínuo da equipe; Revisão dos procedimentos pós-óbito; Melhoria na comunicação interna; Melhoria nos registros das informações de ocorrência dentro do HMI.				
Encaminhamentos	Encaminhar este relatório ao departamento responsável e direção do Hospital Materno Infantil-HMI; Acompanhamento do cumprimento das novas medidas que forem implementadas pelo departamento e pela equipe interna do HMI; Implementar capacitações para melhoria dos registros dos profissionais de saúde, nos documentos hospitalares; Revisão do quadro dos profissionais e restabelecer melhor as responsabilidades dos profissionais em cada setor.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00009/2025	Secretária Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil	Apurar os fatos relacionados ao atendimento prestado à usuária YAPE ANAMBE GUAJAJARA no Hospital Materno Infantil (HMI) de Marabá, nos dias 16 e 17 de junho de 2025.	Concluído

Recomendações	1. Elaboração de Plano de Ação pela Direção do HMI: - Solicitar à direção do Hospital Materno Infantil um plano de ação detalhado para correção das deficiências apontadas, com prazos e responsáveis definidos. Esse plano deverá contemplar: - Revisão dos protocolos de atendimento obstétrico, incluindo os de atendimento a paciente de alto risco. - Capacitação com os profissionais sobre a importância dos registros em prontuários, controle de exames e demais temas baseados nas situações problema apontados. - Garantia da realização de exames essenciais para gestantes de risco. 2. Encaminhamento das Recomendações à Equipe Técnica do HMI: - Apresentar as recomendações à equipe técnica do hospital, reforçando a necessidade de adoção imediata de melhorias nos processos assistenciais e administrativos, como criação e aplicação de protocolos de pacientes de riscos e melhores acompanhamentos e registros de sinais vitais. Evoluções com numeração de página e seguindo a ordem cronológica. Exigência de profissionais devidamente registrados no CRM/PA e CNES.
Encaminhamentos	1. Elaboração de Plano de Ação pela Direção do HMI: - Solicitar à direção do Hospital Materno Infantil um plano de ação detalhado para correção das deficiências apontadas, com prazos e responsáveis definidos. Esse plano deverá contemplar: - Revisão dos protocolos de atendimento obstétrico, incluindo os de atendimento a paciente de alto risco. - Capacitação com os profissionais sobre a importância dos registros em prontuários e controle de exames. - Garantia da realização de exames essenciais para gestantes de risco. 2. Encaminhamento das Recomendações à Equipe Técnica do HMI Apresentar as recomendações à equipe técnica do hospital, reforçando a necessidade de adoção imediata de melhorias nos processos assistenciais e administrativos, como criação e aplicação de protocolos de pacientes de riscos e melhores acompanhamentos e registros de sinais vitais. Evoluções com numeração de página e seguindo a ordem cronológica. Exigência de profissionais devidamente registrados no CRM/PA e CNES. 3. Acompanhamento e Monitoramento das Ações Corretivas Estabelecer um cronograma de monitoramento para verificar a implementação das ações corretivas, com relatórios periódicos a serem encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde e ao Ministério Público. 4. Proposição de Acordos e Parcerias para Atendimento de Urgências Avaliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a formalização de parcerias com unidades de saúde conveniadas para garantir a realização de exames emergenciais nos casos em que o HMI não puder atender. 5. Encaminhamento ao setor responsável para verificação do registro dos profissionais no CRM/PA e CNES, para a efetiva prestação de serviços. 6. Encaminhamento ao Conselho Regional de Medicina para apurar possibilidade de Erro na conduta dos profissionais envolvidos.

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
000015/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Salas de vacina Unidades Básicas de Saúde	Avaliar possíveis perdas de vacinas em 3 Unidades Básicas de Saúde	Andamento
Recomendações	Obs: Aguardando resposta de solicitação realizada em 10/12/2025, ao setor Administrativo referente ao envio de relatórios mensais detalhados enviados pela empresa de manutenção das câmaras frias contratada, aos fiscais de contrato conforme determina o contrato vigente.				
Encaminhamentos	Em andamentos				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00001/2025	Ouvidoria do SUS - Sede SMS	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Santa Terezinha	Auditar possível erro em conduta médica no Hospital Santa Terezinha, em relação a paciente Silvane Paixão	Concluído
Recomendações	Recomenda-se o aprimoramento dos registros de complicações nos prontuários médicos, detalhando de forma mais clara e precisa os procedimentos adotados para o tratamento das lesões e quaisquer complicações que venham a ocorrer. Sugere-se a implantação de protocolos que orientem os médicos a fornecer um acompanhamento mais próximo para os pacientes que apresentem complicações pós-cirúrgicas, garantindo que todas as medidas necessárias sejam tomadas prontamente. É aconselhável que o Hospital Santa Terezinha revise seu processo de comunicação entre a equipe médica e os hospitais de referência, para garantir que qualquer complicação seja tratada com a maior urgência possível e que o paciente seja encaminhado para o acompanhamento especializado, quando necessário e seja garantido o atendimento. É importante que os hospitais busquem por meio dos seus profissionais, orientar adequadamente os pacientes quanto aos procedimentos que são realizados e esclarecer sobre as possíveis complicações, conforme cada caso, sempre que houverem.				
Encaminhamentos	Secretário Municipal de Saúde; Ouvidoria SUS/SMS; Hospital Santa Terezinha; Hospital Municipal de Marabá-HMM; Usuária: Silvane Paixão da Silva; Profissional médico, responsável pelo procedimento cirúrgico.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00006/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Municipal de Marabá-HMM	Apuração dos fatos relacionados ao atendimento dispensado à paciente Raylane dos Santos de Oliveira, ocorrido no Hospital Municipal de Marabá-HMM.	Concluído
Recomendações	Recomenda-se o fortalecimento dos fluxos de atendimento, especialmente nas situações de urgência e emergência, com ênfase na capacitação das equipes para: - Anamnese criteriosa e exame físico completo; - Registro clínico qualificado e tempestivo, conforme os protocolos assistenciais e normativas vigentes; Ações corretivas e preventivas propostas: - Revisão e padronização dos protocolos de urgência e emergência; - Capacitação das equipes assistenciais; - Aprimoramento do registro clínico; - Implantação de auditorias internas regulares; - Fortalecimento do monitoramento do fluxo de pacientes; - Encaminhamento de casos críticos para análise ética; - Exigência de resposta formal da gestão hospitalar em até 30 dias, informando as providências adotadas para sanar as não conformidades identificadas.				
Encaminhamentos	Comunicar formalmente o Hospital Municipal de Marabá, encaminhando parecer técnico com sugestões para a elaboração e implementação de um plano de ação corretiva; Encaminhar o relatório de auditoria à comissão de ética médica do hospital e ao Conselho Regional de Medicina (CRM), para análise e eventuais providências ético-profissionais; Providencias o envio de cópia do relatório à comissão de ética hospitalar; Registrar o caso no Plano Anual de Auditoria Interna (PAA) 2025; Considerar a realização de análise técnica externa especializada.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status

000014/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil - HMI	Avaliar a conformidade do atendimento prestado à usuária Daniela Borges Carvalho pelo Hospital Materno Infantil de Marabá ¿ PA, no dia 23/08/2025, 9h15 da manhã, abrangendo análise dos registros assistenciais, conformidade com protocolos clínicos e procedimentos estabelecidos pelo SUS e pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como a verificação da observância dos fluxos, rotinas e responsabilidades dos profissionais envolvidos.	Concluído
Recomendações	1. Solicitação de providências junto a empresa gestora dos profissionais, afim de definir responsabilidades e eventuais consequências. 2. Revisão imediata dos protocolos e fluxos para manejo de problemas técnicos gerados pelos profissionais de uma empresa terceirizada. 3. Implantação de rotinas de auditoria clínica interna para verificações de situações semelhantes. 4. Adoção de medidas de segurança do paciente previstas na RDC nº 36/2013. 5. Criação de fluxo de substituição médica emergencial em caso de rompimento da relação médico-paciente. 6. Revisão contratual				
Encaminhamentos	- Encaminha-se este relatório ao Secretário Municipal de Saúde de Marabá para ciência e adoção das medidas administrativas, éticas e legais pertinentes, em conformidade com as normas.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00003/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil-HMI	Apurar possíveis irregularidades no atendimento dispensado à usuária Adrielle Silva Escandeia, no Hospital Materno Infantil-HMI	Concluído
Recomendações	Revisão dos protocolos de atendimento obstétrico (principalmente os de alto risco); Implementar diretrizes mais rigorosas para a triagem e acompanhamento de gestantes com histórico de gravidade e de alto risco, evitando altas precoces; Capacitação da equipe de saúde para manejo dos casos graves; Realizar treinamentos periódicos para médicos e enfermeiros sobre o manejo de gestantes de alto risco, incluindo sinais de alerta de complicações obstétricas; Aprimoramento da documentação clínica; Garantir que todos os atendimentos sejam devidamente registrados de forma cronológica e precisa, evitando inconsistências nos horários e condutas adotadas; Monitoramento e auditorias periódicas; Estabelecer revisões internas regulares para avaliar a qualidade do atendimento e evitar recorrências de casos semelhantes.				
Encaminhamentos	Secretário Municipal de Saúde para análise e providências cabíveis; Hospital Materno Infantil-HMI, para implementação das melhorias sugeridas nas recomendações.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
000012/2025	Secretário de Saúde e Setor de Controle e Avaliação	Setor de Auditoria - Sede SMS	NEUROCARE	Análise da conformidade da execução de contrato de prestação de serviços especializados de saúde que possui com a Secretaria de Saúde.	Concluído
Recomendações	1. Melhorar e delimitar adequadamente os contratos com prestadores, definindo de forma clara e objetiva todos os requisitos necessários para trazer mais segurança e clareza nas prestações de serviços. 2. Fazer ajustes no contrato se for possível, incluindo as cláusulas que faltam. 3. Reforçar os mecanismos de controle interno da Secretaria de Saúde, monitorando periodicamente a regularidade cadastral e a jurisdição profissional dos médicos vinculados aos prestadores. 4. Comunicar formalmente o fato ao Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM/PA) sobre o caso para análise e, caso entenda devido, a instauração do processo ético-profissional.				
Encaminhamentos	¿ Encaminhar cópia integral deste relatório ao Secretário Municipal de Saúde para conhecimento e adoção das medidas necessárias. ¿ Caso haja novo fato que confirme a atuação irregular de profissionais de outros estados sem o devido registro no CRM local, que seja oficiado o(s) caso(s) ao CRM/PA, com documentação comprobatória, para análise e providências quanto ao uso irregular de registro profissional. ¿ Dar ciência ao setor de contratos para providências necessárias e aos demais setores que entender necessário. ¿ Recomendar monitoramento semestral do cumprimento das exigências contratuais e da regularidade profissional dos prestadores.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
000010/2025	Secretária Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.	Apurar possível violação de direitos referente aos usuários durante o atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Concluído
Recomendações	1. Reforço orientativo à equipe multiprofissional do CAPS sobre a importância da cordialidade e comunicação clara no atendimento ao público. 2. Sensibilização da equipe do setor quanto as boas práticas de acolhimento ao usuário. 3. Capacitação contínua para os servidores das unidades de saúde, em relação ao atendimento humanizado para a equipe do CAPS. 4. Implantar canal de ouvidoria ou registro interno para manifestações dos usuários. 5. Estabelecer monitoramento semestral da qualidade do serviço, com relatórios de acompanhamento enviados à Secretaria de Saúde.				
Encaminhamentos	- Secretário de Saúde de marabá; - Setor Jurídico da SMS; - 10ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude de Marabá; - CAPS				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00008/2025	Secretária Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Coordenação de TFD-Tratamento Fora do Domicílio	Realizar auditoria no intuito de analisar o cumprimento dos protocolos normativos, com vistas à buscar possibilidades de redução de custos com TFD (Tratamento Fora do Domicílio)	Concluído

Recomendações	Formalizar rotina periódica de análise de indicadores e integrá-los à gestão; Revisar critérios para concessão de acompanhantes e rever a planilha de direitos e deveres; Implementar política de confirmação prévia e remarcação das passagens aéreas; Instituir e manter procedimento formal, a ser realizado pelos profissionais do TFD, para verificação rotineira e atualizada da disponibilidade de profissionais e procedimentos em Marabá, assegurando que as autorizações observem o limite de 50 km previsto na portaria nº 55/1999. E ainda, implementar política de confirmação prévia e remarcação, com ênfase nas que serão realizadas por viagem aérea; Avaliar a viabilidade de ampliar a oferta de tratamento no município, reduzindo a demanda por TFD; Promover capacitações periódicas para a equipe, reforçando a importância da gestão eficiente e do cumprimento dos protocolos normativos; Recomenda-se a elaboração de um manual em âmbito municipal de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que contenha diretrizes claras e procedimentos padronizados para a solicitação, autorização, acompanhamento e controle do serviço, garantindo transparência, eficiência e qualidade na gestão dos recursos públicos.
Encaminhamentos	Secretário Municipal de Saúde Diretoria de Média e Alta Complexidade Coordenação do TFD

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
000011/2025	Secretário de Saúde e Setor de Controle e Avaliação	Setor de Auditoria - Sede SMS	Clinica Reunidas	Analisar possíveis irregularidades no contrato nº 337/2024-FMS firmado com a empresa Mutran e Ruela Ltda., prestadora de serviços especializados de tomografia computadorizada, em especial quanto à execução de procedimentos por profissionais não habilitados, não cadastrados regularmente no CNES.	Concluído
Recomendações	1. Abrir processo administrativo sancionador para apurar as infrações contratuais e aplicar penalidades previstas. 2. Exigir da empresa contratada a comprovação imediata da regularidade de todos os profissionais responsáveis por laudos, incluindo: RQE ativo junto ao CRM; Cadastro atualizado no CNES; Registro principal ou secundário no CRM do estado onde prestam serviço. 3. Reforçar os mecanismos de controle interno da secretaria de saúde, monitorando periodicamente a regularidade cadastral e a jurisdição profissional dos médicos vinculados aos prestadores. 4. Comunicar formalmente o Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM/PA) sobre o caso do médico que utilizou registro do Estado do Maranhão para atuar em Marabá, para análise e caso entenda devido a instauração do processo ético-profissional.				
Encaminhamentos	¿ Encaminhar cópia integral deste relatório ao Secretário Municipal de Saúde para conhecimento e adoção das medidas necessárias. ¿ Caso haja novo fato que confirme a atuação irregular de profissionais de outros estados sem o devido registro no CRM local, que seja oficiado o(s) caso(s) ao CRM/PA, com documentação comprobatória, para análise e providências quanto ao uso irregular de registro profissional. ¿ Dar ciência ao setor de contratos para providências necessárias e aos demais setores que entender necessário. ¿ Recomendar monitoramento semestral do cumprimento das exigências contratuais e da regularidade profissional dos prestadores.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
000013/2025	Secretário de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil - HMI	Análise do atendimento prestado à gestante Yasmin da Silva do Espírito Santo e ao seu recém-nascido, admitidos no Hospital Materno Infantil de Marabá, em 13 de setembro de 2025, às 14h32, para realização de cuidados obstétricos e parto, cujo desfecho resultou no óbito neonatal.	Concluído
Recomendações	1. Solicitação de providências junto a empresa gestora dos profissionais, afim de definir responsabilidades e eventuais consequências. 2. Revisão imediata dos protocolos de classificação de risco obstétrico e capacitação da equipe de triagem. 3. Implantação de rotinas de auditoria clínica interna conforme diretrizes. 4. Implantação de serviço de ultrassonografia no Hospital Materno Infantil-HMI, para atendimento desses casos, ou capacitar os profissionais para realização desses quando necessário, considerando que o hospital dispõe de equipamento. 5. Adoção de medidas de segurança do paciente previstas na RDC nº 36/2013. 6. Capacitação contínua em urgência obstétrica e manejo de hipertensão na gestação, para os profissionais terceirizados, importante exigir da empresa prestadora essa qualificação em contrato. 7. Criação de fluxo de substituição médica emergencial em caso de rompimento da relação médico-paciente. 8. Encaminhamento do relatório ao setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Regional de Medicina (CRM-PA) para providências se entender cabíveis.				
Encaminhamentos	Encaminha-se este relatório ao Secretário Municipal de Saúde de Marabá para ciência e adoção das medidas administrativas, éticas e legais pertinentes, em conformidade com as normas.				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00005/2025	Secretário Municipal de Saúde	Setor de Auditoria - Sede SMS	Hospital Materno Infantil-HMI	Apurar os fatos relacionados ao atendimento prestado à usuária Amanda Vansoski Santana, no Hospital Materno Infantil- HMI.	Concluído
Recomendações	Ampliação da cobertura da ultrassonografia; Melhoria dos registros e protocolos assistenciais; Plano de contingência para exames urgentes; Capacitação da equipe médica e assistencial; Fortalecimento da regulação e referenciamento; Acompanhamento e monitoramento das ações corretivas.				
Encaminhamentos	Ao Ministério Público do Estado do Pará; Ao Secretário Municipal de Saúde; Elaboração de plano de ação pela direção do HMI; Encaminhamento das recomendações à equipe técnica do HMI; Acompanhamento e monitoramento das ações corretivas; Proposição de acordos e parcerias para atendimento de urgência; Ao Conselho Municipal de Saúde de Marabá.				

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 11/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

O Setor de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, está diretamente ligado ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde. Esse setor é essencial para garantir a qualidade, a transparência e a eficiência na gestão dos serviços públicos de saúde. Atua em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, por meio de mecanismos de governança que contribuem para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços municipais oferecidos à população.

Além disso, avalia de forma independente os processos de gestão, controle, riscos e possíveis irregularidades, sugerindo e orientando o gestor municipal na tomada de decisões,

de modo a assegurar que os serviços prestados atendam às necessidades da população.

A auditoria também fortalece a transparência e a responsabilidade dos gestores públicos, promovendo maior controle social e confiança da sociedade no sistema de saúde. Nesse sentido, a auditoria municipal busca garantir uma gestão mais organizada, ética e eficiente, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços e para a efetivação do direito à saúde.

11. Análises e Considerações Gerais

O presente relatório apresenta uma análise das ações e serviços de saúde desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Marabá ao longo do exercício de 2025 no Relatório Anual de Gestão(RAG), em conformidade com a legislação vigente que orienta o Sistema Único de Saúde (SUS).

A avaliação considera o cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e ações estabelecidos no planejamento municipal de saúde, com base em informações físicas e financeiras extraídas de sistemas oficiais

Ao assumir a gestão, a atual administração identificou a necessidade de reestruturação e fortalecimento das ações e serviços de saúde, com base no planejamento municipal de saúde para o exercício de 2025 e anos subsequentes, em consonância com os instrumentos de planejamento e orçamento público, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a integração entre planejamento, execução e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Diante desse cenário, houve o fortalecimento do corpo técnico da Secretaria Municipal de Saúde, com a concentração de esforços na atualização das informações no sistema DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), visando à regularização, integração e interoperabilidade dos instrumentos de gestão, bem como ao aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde.

Dessa forma, o Relatório Anual de Gestão configura-se como um importante instrumento de transparência e avaliação, permitindo o acompanhamento dos resultados alcançados a partir da Programação Anual de Saúde e dos Relatórios Quadrimestrais. Além disso, possibilita a identificação de ajustes necessários, favorecendo o aprimoramento contínuo das ações e a adequação à capacidade operacional do município.

Para o exercício de 2025, o Município observou e incorporou ao Relatório Anual de Gestão as recomendações estabelecidas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, referente à prestação de contas das emendas parlamentares recebidas.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Considerando a análise dos resultados apresentados no exercício de 2025, recomenda-se, para o próximo ciclo de gestão, o fortalecimento das ações de planejamento, monitoramento e avaliação, com base nos instrumentos legais e normativos do Sistema Único de Saúde.

Destaca-se que, para a construção do novo Plano Municipal de Saúde, com vigência 2026-2029, o Plano Municipal de Saúde 2022-2025, deve ser utilizado como instrumento norteador das políticas públicas de saúde no município. Nesse sentido, o Plano deverá estar alinhado às necessidades epidemiológicas da população, às diretrizes do Sistema Único de Saúde e aos resultados evidenciados no presente relatório.

Recomenda-se, ainda, o fortalecimento da integração entre os instrumentos de planejamento e orçamento público, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando que as ações previstas no Plano Municipal de Saúde sejam devidamente contempladas no orçamento, com alocação adequada de recursos financeiros para sua execução.

Nesse contexto, ressalta-se o papel estratégico do setor de planejamento, que deverá conduzir a elaboração de um planejamento estratégico no âmbito do novo Plano Municipal de Saúde, com ênfase no acompanhamento sistemático de indicadores, inclusive financeiros, garantindo a viabilidade, a eficiência e a sustentabilidade das ações previstas na política de saúde.

Por fim, destaca-se que o alinhamento entre planejamento estratégico e execução orçamentária, associado ao fortalecimento da governança e da capacidade operacional da rede de saúde, será fundamental para o alcance das metas estabelecidas no ciclo 2026-2029, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e para a garantia do acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde no município.

LICIA CONCEICAO SOUZA
Secretário(a) de Saúde
MARABÁ/PA, 2025

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:

Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

MARABÁ/PA, 11 de Abril de 2026

Conselho Municipal de Saúde de Marabá